

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, (denominada "ELETRONUCLEAR" ou "Companhia"), empresa de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, com sua sede fixada na Rua da Candelária, nº 65 - 2º ao 14º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.091-020 tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Dentro do escopo desse objeto, a Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW\*, bem como a construção da terceira unidade nucleoeletrônica, denominada usina Angra 3, cujo estágio está descrito na Nota 14g, todas integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAEA.

A seguir, detalhes sobre as autorizações para construção e operação das usinas componentes da Central Nuclear:

USINA	POTÊNCIA NOMINAL	LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO		DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO	VALIDADE DA LICENÇA
		INICIAL	ATUAL		
ANGRA 1	640 MW	Portaria MME Nº 416 de 13/07/70	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Janeiro 1985	40 anos
ANGRA 2	1.350 MW	Exp.Mot. MME Nº 300 - 28/05/74	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Setembro 2000	40 anos
ANGRA 3	1.405 MW Previsão	Decreto Nº 75.870 de 13/06/75	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Em fase de construção	

A energia elétrica gerada pela Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2013, foi rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com a metodologia estabelecida na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela ANEEL, para o cálculo das cotas-partes anuais referentes à energia das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 e as condições para a comercialização dessa energia na forma do art.11, da Lei nº 12.111/2009.

\*Informação não auditada por auditoria independente

Essas cotas-partes representam o percentual da energia proveniente das usinas, a ser alocado a cada distribuidora, calculado pela razão entre o seu mercado faturado dos consumidores e a soma dos mercados faturados dos consumidores cativos de todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

A ANEEL estabeleceu as cotas-partes anuais referentes à geração para os anos de 2013 a 2021, bem como os montantes de energia a serem alocadas às distribuidoras do SIN, através das Resoluções Homologatórias:

- 1.407/2012 de 21 de dezembro de 2012 (cotas-partes de 2013 a 2018)
- 1.663/2013 de 03 de dezembro de 2013 (cotas-partes de 2019)
- 1.830/2014 de 25 de novembro de 2014 (cotas-partes de 2020)
- 2.011/2015 de 15 de dezembro de 2015 (cotas-partes de 2021)

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 335.957 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 303.750, negativo, em 31 de Dezembro de 2015).

## **NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **a) Base de preparação**

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Companhia em 08 de novembro de 2016.

As demonstrações financeiras do terceiro trimestre de 2016 estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, referenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Essas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a indicação das alterações relevantes ocorridas no período e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e tendo sido mantidas as mesmas práticas contábeis.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, a exceção de certos ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo, conforme segue:

- Instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- O ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido de valor presente da obrigação do benefício definido.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias, estão divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

#### **- Transações em moeda estrangeira**

A moeda funcional da Companhia é o Real. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

As taxas utilizadas na conversão da moeda estrangeira para a moeda de apresentação estão apresentadas abaixo:

Moeda	Nome	País	Taxa Final		Taxa Média	
			30/09/2016	31/12/2015	3º Trim./16	3º Trim./15
USD	Dólar Americano	Estados Unidos	3,2462	3,9048	3,2460	3,5380
EUR	Euro	União Europeia	3,6484	4,2504	3,6232	3,9366

#### **- Demonstrações do valor adicionado (“DVA”)**

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

## **b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

### ***IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)***

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

## **NOTA 3 – DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS**

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias são os mesmos adotados na preparação das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

### **3.1 - Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos**

#### **3.1.1. – Operação Lava Jato**

Em 2009, as autoridades federais brasileiras inicialmente focaram a investigação da "Operação Lava Jato" em organizações criminosas envolvidas em lavagem de dinheiro. A Lava Jato compreende inúmeras investigações de várias práticas criminosas com foco em crimes cometidos por indivíduos e organizações no Brasil. Desde 2014, o Ministério Público Federal dirigiu parte das investigações para irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores de empresas estatais e revelaram um grande esquema de pagamento que envolveu diversos participantes.

Embora nenhuma acusação tenha sido movida diretamente contra a Eletrobras no âmbito da "Operação Lava Jato", o Ministério Público Federal tem conduzido investigações sobre irregularidades envolvendo alguns funcionários, empreiteiros e fornecedores da Eletrobras, bem como certos empreiteiros e fornecedores de sociedades

de propósito específico ("SPEs") nas quais a Eletrobras detém participações acionárias minoritárias, envolvidas na construção de usinas de geração de energia elétrica.

Em resposta às alegações de possíveis atividades ilegais em 2015, relativas a empresas que prestam serviços para a Eletronuclear (especificamente, a usina de energia nuclear "Angra 3") e para determinadas SPEs da Eletrobras, o Conselho de Administração da Eletrobras contratou o escritório de advocacia Hogan Lovells US LLP para realizar uma investigação interna independente com o propósito de avaliar a eventual existência de irregularidades, incluindo violações ao U.S. Foreign Corruption Practice Act (FCPA), à Lei Brasileira Anticorrupção e ao Código de Ética da Eletrobras (a "Investigação Independente").

A Investigação Independente é supervisionada por uma comissão que foi criada, em 31 de julho de 2015, pelo Conselho de Administração da Eletrobras. Esta comissão é composta pela Dra. Ellen Gracie Northfleet, Ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal, pelo Sr. Durval José Soledade Santos, ex-Diretor da Comissão de Valores Mobiliários, e pelo Sr. Manoel Jeremias Leite Caldas, representantes dos acionistas minoritários (a "Comissão Independente").

A Eletrobras, o Hogan Lovells e a Comissão Independente têm acompanhado de perto as investigações oficiais e cooperado com as autoridades brasileiras e americanas, incluindo a Justiça Federal, o Ministério Público Federal ("MPF"), a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), o United States Department of Justice ("DOJ") e a United States Securities & Exchange Commission ("SEC"), entre outros, e têm atendido às solicitações de informações e documentos por parte dessas autoridades.

Em 29 de abril de 2015, a Polícia Federal iniciou a fase "Operação Radioatividade" da "Operação Lava Jato", que resultou na prisão de um ex-diretor da Eletronuclear. Esse ex-diretor foi condenado a 43 anos de prisão pelo juiz da 7ª Vara Criminal Federal, por corrupção passiva, lavagem de dinheiro, obstrução de justiça, evasão fiscal e participação em organização criminosa. Em 6 de julho de 2016, a Polícia Federal iniciou a "Operação Pripyat", e cumpriu mandados de prisão, expedidos pelo juiz da 7ª Vara Federal da Comarca do Rio de Janeiro, contra ex-diretores e diretores suspensos da Eletronuclear, bem como contra outras partes. A Eletrobras cooperou e participou da acusação contra os réus nesse processo criminal. A Eletrobras tem a intenção de, no futuro, requerer reparação civil pelos danos sofridos.

Desde o início da investigação, a Eletrobras substituiu todo o seu Conselho de Administração, contratou um novo CEO e uma Diretora de Compliance, e criou um Departamento de Compliance independente para ajudar a coordenar as atividades de compliance de todas as subsidiárias. A Diretora de Compliance e sua equipe coordenam semanalmente o trabalho juntamente com os gestores de compliance de cada subsidiária.

Além disso, a Eletrobras revisou determinados contratos em que as investigações identificaram possíveis irregularidades e, quando aplicável, suspendeu tais contratos. A Eletrobras tomou medidas administrativas relacionadas aos empregados e diretores envolvidos nas situações identificadas pela investigação, incluindo a suspensão e desligamento do contrato de trabalho.

A Investigação Independente completou a investigação que tinha como objetivo identificar distorções nas demonstrações financeiras consolidadas da Eletrobras. A Investigação Independente ainda possui procedimentos adicionais a serem executados com foco em questões de compliance interno. De acordo com o atual conhecimento da Eletrobras, não se espera que esses procedimentos tragam informações relevantes adicionais que possam gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas da Eletrobras nos períodos futuros.

Contudo, as investigações da "Operação Lava Jato" ainda não foram concluídas e o Ministério Público Federal poderá levar tempo considerável para concluir todos os seus procedimentos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro, o que poderá levar a Eletrobras e, se aplicável suas controladas, a reconhecer ajustes adicionais nas suas demonstrações financeiras.

#### a) Resumo das conclusões da Investigação Independente

Os relatórios finais da Investigação Independente incluem certas descobertas com seus respectivos impactos, qualitativos e quantitativos, nas demonstrações financeiras (divulgações e/ou contabilização), em alguns, mas não todos, os projetos de geração de energia que estão incluídos no âmbito da investigação. Os relatórios da Investigação Independente reportam determinados superfaturamentos relacionados à propina e licitações fraudulentas (uma forma de fraude em que um contrato comercial é prometido a uma única parte, embora muitas outras partes também apresentem proposta na licitação. Essa prática é ilegal na maioria dos países.), considerados ilegais no âmbito de alguns contratos, os quais foram celebrados, desde 2008, com certos empreiteiros e fornecedores dos projetos afetados. A extensão dos impactos estimados de propina é de 1% a 6% do valor do contrato e ainda determinados montantes fixos, enquanto o impacto estimado das licitações fraudulentas é de 10% dos pagamentos relativos a um contrato específico. Os impactos da Investigação Independente sobre as demonstrações financeiras são apresentados abaixo no item "Impactos nas Demonstrações Financeiras". A Investigação Independente inclui descobertas relacionadas a licitações fraudulentas e propinas que teriam sido pagas por certos empreiteiros e fornecedores contratados por subsidiárias da Eletrobras, bem como certos empreiteiros e fornecedores de algumas das SPEs não controladas pela Eletrobras.

A Investigação Independente inclui resultados relacionados a propinas que teriam sido recebidas por determinados ex-funcionários ou funcionários de subsidiárias e SPEs não controladas pela Eletrobras.

A Investigação Independente descobriu propinas utilizadas para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, funcionários eleitos ou outros funcionários públicos, funcionários de empreiteiros, ex-funcionários de subsidiárias e SPEs da Eletrobras e outros indivíduos envolvidos em licitações fraudulentas. A maior parte dos pagamentos supostamente indevidos foi feita pelos empreiteiros e fornecedores e por intermediários que agiam em nome desses empreiteiros e fornecedores.

Adicionalmente, os relatórios finais da Investigação Independente contêm, separadamente, descobertas relacionadas com o possível superfaturamento em alguns projetos de geração de energia que estão incluídos no âmbito dessa investigação. Como a Investigação Independente não concluiu que tais possíveis superfaturamentos sejam decorrentes de atos ilícitos, a administração da Eletrobras não entende que esse possível superfaturamento impactaria suas demonstrações financeiras consolidadas.

#### b) Impactos nas demonstrações financeiras

Para determinar os ajustes ou divulgações nas demonstrações financeiras da Eletrobras decorrentes da investigação, a administração levou em consideração as conclusões alcançadas e as descobertas identificadas em cada um dos relatórios finais de investigação que foram aprovados pela Comissão Independente, pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pela Diretoria Executiva, sendo esses os órgãos responsáveis pela governança da Eletrobras.

A Eletrobras concluiu que, de acordo com o CPC 27 – Ativo Imobilizado, os montantes atribuídos ao superfaturamento devido a propina e/ou licitações fraudulentas, consideradas de natureza ilícita, não deveriam ter sido considerados como parte do custo de seus ativos imobilizados ou no imobilizado das SPEs não controladas pela Eletrobras. Esses montantes capitalizados como parte do preço do contrato não são custos atribuíveis ao transporte do ativo para o seu local, nem à condição necessária para que tal ativo possa operar de acordo com a forma pretendida pela administração.

Entretanto, a Eletrobras não foi capaz de identificar cada um dos períodos anteriores em que os ajustes deveriam ter sido registrados em suas demonstrações financeiras consolidadas, em virtude do seguinte:

- As informações disponibilizadas à Eletrobras pela Investigação Independente, ou de outra forma disponíveis para a Eletrobras, identificam os empreiteiros e fornecedores envolvidos no esquema de sobre preço e um período em que este esteve em vigor, e indicam alguns contratos afetados, mas não especificam pagamentos contratuais individuais que incluem sobre preço ou os períodos reportados em que os sobre preços possam ter ocorrido (os relatórios e conclusões da investigação concluíram que não era possível determinar ou estimar os períodos específicos dos montantes de sobre preços ocorridos);
- Como a maior parte desses alegados sobre preços foram feitos por empreiteiros e fornecedores externos, não podemos identificar os valores e períodos exatos

que a Eletrobras pode ter realizado pagamentos em excesso. A informação para determinar o valor que a Eletrobras potencialmente foi cobrada a mais por esses empreiteiros e fornecedores não está contida nos registros contábeis da Eletrobras ou em seus sistemas de controle interno. Além disso, a informação utilizada nesta investigação é limitada à informação interna da Eletrobras e de suas subsidiárias e SPEs não controladas pela Eletrobras e não permitem a determinação dos valores de tais pagamentos em excesso que foram realizados em períodos anteriores e uma base definindo cada um dos períodos;

- Como os supostos pagamentos indevidos são de natureza ilícita, mesmo que os depoimentos disponíveis para a equipe de investigação tenham revelado algumas informações que permitiram a estimativa total ser feita, eles não forneceram informações suficientes para determinar se esses pagamentos em excesso foram realizados em períodos anteriores e não se espera que os registros específicos destas atividades estejam disponíveis;
- A Investigação em curso por parte das autoridades brasileiras é focada em determinar o envolvimento dos indivíduos sob investigação com atos ilegais, e não na obtenção de informação quantitativa sobre cada um dos períodos anteriores. Além disso, a legislação brasileira não permite o acesso irrestrito aos registros internos e documentos de fornecedores em processos civis e, portanto, não esperamos obter informações com respeito a períodos anteriores.

Conforme discutido anteriormente, não há informações suficientes que permitam à Eletrobras determinar os períodos específicos em que a Eletrobras fez os pagamentos em excesso, assim, a Eletrobras entende que, após ter envidado todos os esforços razoáveis, e com base nas investigações realizadas no âmbito da Eletrobras, é impraticável determinar os efeitos por período específico anteriores relativos aos pagamentos ilegais em suas demonstrações financeiras portanto o ajuste para os pagamentos indevidos incorretamente capitalizados foi reconhecido em setembro de 2016. A Companhia entende que essa abordagem é a mais apropriada de acordo com as exigências dos CPCs/IFRS.

Não obstante, a Eletrobras avaliou a relevância do impacto do esquema de pagamentos indevidos em períodos anteriores apresentados em suas demonstrações financeiras para fins de comparação, por meio de uma metodologia que estimou em uma base pro rata por contrato, a alocação de pagamentos capitalizados desde 2008. O exercício de alocação indicou que o ajuste dos pagamentos indevidos que foi capitalizado de forma inapropriada não teria sido relevante para qualquer dos períodos anteriores apresentados para fins comparativos.

A Eletrobras também não recuperou e não é capaz de estimar quaisquer valores recuperáveis potencialmente pagos indevidamente nesse período. Quaisquer valores recuperados em última análise seriam registrados quando recebidos ou quando sua realização for praticamente certa.

Assim, conforme permitido pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia registrou como despesa em suas demonstrações financeiras em setembro de 2016 os valores cumulativos estimados de pagamentos ilegais realizados em todos os períodos anteriores.

A Eletrobras não identificou quaisquer contratos após 31 de dezembro de 2015 que possam ter sido afetados pelo esquema de sobre preço.

Portanto, nessas informações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2016, a Companhia registrou uma baixa de custos capitalizados no ativo imobilizado no total R\$ 141,3 milhões representando valores estimados de pagamentos indevidos em períodos anteriores, e, adicionalmente também foi baixado do ativo imobilizado um valor de R\$ 141,3 milhões para os quais haviam perdas por impairment registradas anteriormente, ocasionando a reversão parcial de provisão de impairment registrada. Os valores incluíram os resultados dos relatórios finais da investigação independente do Hogan Lovells e os custos de empréstimo correspondentes e outros encargos capitalizados.

O resumo desses ajustes cumulativos aos balanços consolidados e demonstrações resultados é o seguinte:

<b>Achados da Investigação</b>	<b>set 2016</b>
Angra 3	<u>(141.313)</u>
<b>Balanco</b>	<b>set 2016</b>
Ativo Imobilizado	
Custos	(141.313)
Provisão de Impairment	<u>141.313</u>
<b>Demonstração de Resultado</b>	<b>set 2016</b>
Achados da Investigação	<u>(141.313)</u>
Encargos de Impairment (Provisões Operacionais)	<u>141.313</u>

Nos termos da legislação do imposto de renda brasileiro, valores relativos a atos ilícitos não são dedutíveis e, por conseguinte, o ajuste não tem qualquer impacto no imposto de renda. Além disso, como as descobertas da Investigação Independente referem-se a ativos em construção, não há impacto nas despesas com depreciação.

Conforme mencionado no “Resumo das conclusões da Investigação Independente” acima, a Eletrobras não reconhece em suas demonstrações financeiras quaisquer efeitos do potencial superfaturamento além daqueles estimados em relação a propina e licitação fraudulenta consideradas de natureza ilícita, uma vez que a Investigação Independente, realizada pela Eletrobras, não concluiu que tal potencial superfaturamento está ligado a atividade ilícita.

A Eletrobras não recuperou e não pode estimar neste momento os valores recuperáveis que foram potencialmente pagos em excesso. Uma vez que, e se quaisquer valores atribuíveis a propina, licitação fraudulenta ou qualquer outro tipo de superfaturamento se tornem recuperáveis, seu recebimento for praticamente certo ou se forem de fato recebidos, serão então reconhecidos em nossas demonstrações financeiras.

A Eletrobras tomou medidas razoáveis para investigar as alegações relativas à Operação Lava Jato e pretende tomar as medidas civis e criminais cabíveis.

## NOTA 4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

As descrições dos saldos contábeis e dos valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos nas demonstrações financeiras estão identificadas a seguir:

DESCRITIVO	Mensuração	2016		2015	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Empréstimos e recebíveis</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	2.043	2.043	6.884	6.884
Clientes	Custo Amortizado	259.998	259.998	108.388	108.388
<b>Ativos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado</b>					
Títulos e Valores Mobiliários	Valor Justo	515.853	515.853	644.351	644.351
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>					
Fornecedores	Custo Amortizado	862.256	862.256	885.635	885.635
Financiamentos e empréstimos	Custo Amortizado	7.669.750	7.669.750	6.828.095	6.828.095

O valor de mercado dos instrumentos, em 30 de setembro de 2016, se aproxima do valor registrado nas demonstrações financeiras trimestrais. A Companhia não realizou operações com derivativos.

### 4.1 - Fatores de risco

O Conselho de Administração da Companhia (CA) tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Auditoria Interna e a Gerência de Riscos e Conformidades de Controles são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. O reporte de suas atividades é feito regularmente ao Conselho de Administração.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a ELETRONUCLEAR está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A ELETRONUCLEAR, através de suas normas e procedimentos de

treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos:

- Riscos de mercado
- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco operacional

### a) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros e outros riscos de preço - que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno, a saber:

#### a.1) Risco de taxa de câmbio

Os riscos de flutuação nas taxas de câmbio podem estar associados às exposições de algumas moedas em relação a ativos e passivos da Companhia, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos (fundo financeiro para descomissionamento e fornecedores) e ao euro (fornecedores).

Com exceção de compra de dólar futuro, detalhado na Nota 11, que compõem a carteira do fundo exclusivo para descomissionamento, não há operações financeiras contratadas que protejam a Companhia dessa exposição.

A exposição total do risco de câmbio pode ser resumida na análise de sensibilidade abaixo:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE FUNDO FINANCEIRO - 30 de Setembro de 2016								
MOEDA	SALDO	SALDO R\$ MIL	CENÁRIO PROVÁVEL		CENÁRIO POSSÍVEL		CENÁRIO REMOTO	
			CÂMBIO PROVÁVEL 2016	PERDA ESTIMADA	CÂMBIO POSSÍVEL 2016	PERDA ESTIMADA	CÂMBIO REMOTO 2016	PERDA ESTIMADA
Dólar Americano	103	333	3,2500	2	3,5750	35	3,5755	35
TOTAL		333		2		35		35

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE FUNDO FINANCEIRO - 31 de Dezembro de 2015								
MOEDA	SALDO	SALDO R\$ MIL	CENÁRIO PROVÁVEL		CENÁRIO POSSÍVEL		CENÁRIO REMOTO	
			CÂMBIO PROVÁVEL 2016	GANHO ESTIMADO	CÂMBIO POSSÍVEL 2016	GANHO ESTIMADO	CÂMBIO REMOTO 2016	PERDA ESTIMADA
Dólar Americano	2.480	9.658	4,2500	882	4,6750	1.936	3,2805	(1.522)
TOTAL		9.658		882		1.936		(1.522)

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE SALDO FORNECEDOR - 30 de Setembro de 2016									
MOEDA	SALDO	SALDO R\$ MIL	SALDO EM 30/09/2016	CENÁRIO I			CENÁRIO II		
				CÂMBIO PROVÁVEL 2016	SALDO PROVÁVEL R\$ MIL	PERDA ESTIMADA	CÂMBIO MÉDIO 2015/2016	SALDO PROVÁVEL R\$ mil	PERDA ESTIMADA
Euro	(45.295)	(143.868)	(165.255)	3,6723	(166.337)	(1.082)	3,9494	(178.889)	(13.634)
Dólar Americano	(3.063)	(9.786)	(9.944)	3,2500	(9.956)	(12)	3,5755	(10.953)	(1.009)
TOTAL		(153.654)	(175.199)		(176.293)	(1.094)		(189.842)	(14.643)

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE SALDO FORNECEDOR - 31 de Dezembro de 2015									
MOEDA	SALDO	SALDO R\$ MIL	SALDO EM 31/12/2015	CENÁRIO I			CENÁRIO II		
				CÂMBIO PROVÁVEL 2016	SALDO PROVÁVEL R\$ MIL	PERDA ESTIMADA	CÂMBIO MÉDIO 2014/2015	SALDO PROVÁVEL R\$ mil	GANHO ESTIMADO
Euro	(25.156)	(85.927)	(106.921)	4,7807	(120.261)	(13.340)	3,7387	(94.049)	12.872
Dólar Americano	(9.563)	(34.468)	(37.340)	4,2500	(40.641)	(3.301)	3,2805	(31.370)	5.970
TOTAL		(120.395)	(144.261)		(160.902)	(16.641)		(125.419)	18.842

A taxa de câmbio utilizada no cenário provável foi extraída da divulgação efetuada pelo *OECD Economic Outlook*; a taxa de câmbio do cenário possível é uma estimativa 10% superior ao cenário provável; e a taxa no cenário remoto foi calculada com base na média simples do fechamento de câmbio do ano corrente e anterior divulgados pelo Banco Central.

## a.2) Risco de juros

A Administração da ELETRONUCLEAR entende que a exposição a risco de juros não é significativa, visto que os empréstimos e financiamentos contratados estão indexados à UFIR e TJLP ou não possuem qualquer indexador, como é o caso do contrato de financiamento com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, que possui taxa de juros fixa ao longo do contrato; enquanto os demais estão indexados à taxa DI-Over. Além disso, todos os recursos são captados em moeda nacional, o que reduz a exposição cambial.

A UFIR não sofreu qualquer variação no período, visto que foi extinta em 2000 e está congelada desde então. A TJLP, que é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), foi mantida em 7,50%, até o terceiro trimestre de 2016. O impacto para a ELETRONUCLEAR é suavizado pelo fato do contrato de financiamento com o BNDES prever que qualquer valor da TJLP que exceda o patamar de 6,00% ao ano é capitalizado ao saldo devedor. Além da taxa referente à TJLP, o contrato com o BNDES prevê o pagamento de um spread fixo de 1,72%.

Aproximadamente 9% do montante dos empréstimos e financiamentos contratados pela ELETRONUCLEAR estão indexados à taxa DI-Over, apurada pela CETIP, que registrou variação de 1,0% até o terceiro trimestre de 2016. Os prazos de vencimento dos contratos indexados à esta taxa são mais curtos que os demais contratos de financiamento da empresa.

Segue abaixo a exposição total do risco de juros:

EXPOSIÇÃO A RISCO DE JUROS									
FINANCIAMENTO E EMPRÉSTIMOS	Moeda	Indexador	Taxa Efetiva	30/09/2016		31/12/2015		31/12/2014	
				Principal	Juros *	Principal	Juros *	Principal	Juros *
<b>ANGRAS 1 e 2:</b>									
ELETOBRAS	R\$	UFIR	5,00%	344.244	122.848	382.984	141.975	439.635	170.932
ELETOBRAS - PSPE	R\$	Taxa DI-Over	17,04%	91.667	7.503	150.000	23.769	-	-
ELETOBRAS - Angra 3/PSPE	R\$	Taxa DI-Over	17,04%	149.683	76.134	149.683	91.716	149.683	97.493
ELETOBRAS - PLR	R\$	Taxa DI-Over	17,04%	-	-	11.560	681	-	-
ELETOBRAS - INB	R\$	Taxa DI-Over	19,61%	133.000	22.588	-	-	-	-
<b>ANGRA 3:</b>									
ELETOBRAS - RGR -	R\$	UFIR	5,50%	594.250	371.777	594.250	396.290	594.250	428.973
ELETOBRAS - Angra 3/PSPE	R\$	Taxa DI-Over	17,04%	295.750	150.455	295.750	181.215	295.750	192.633
BNDES	R\$	TJLP	9,22%	3.405.175	3.221.508	3.194.062	3.074.803	2.622.387	2.290.961
BNDES	R\$	SELIC	16,84%	17.478	1.866	-	-	-	-
CEF - Empréstimo Ponte	R\$	Sem indexador	6,70%	-	-	-	-	1.031.613	-
CEF	R\$	Sem indexador	6,50%	2.635.121	2.318.260	2.030.191	1.882.838	-	-
<b>TOTAL</b>				<b>7.666.368</b>	<b>6.292.939</b>	<b>6.808.480</b>	<b>5.793.287</b>	<b>5.133.318</b>	<b>3.180.992</b>

\* Montante de juros até o término das amortizações dos empréstimos calculado conforme taxas contratuais

## b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro que falhe ao cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A ELETRONUCLEAR, conforme descrito nas Notas 1 e 6, tem a totalidade da sua geração de energia elétrica, a partir de janeiro de 2013, comercializada através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

A Resolução Normativa nº 530, de 21 de dezembro de 2012, evidencia que apesar de o faturamento ser repassado pela CCEE, o risco de crédito final é da ELETRONUCLEAR. Dessa forma, a ELETRONUCLEAR monitora constantemente os possíveis efeitos e a eventual necessidade de contratação de instrumentos de proteção.

Até o terceiro trimestre de 2016, houve o registro de inadimplência por parte de três distribuidoras e a contabilização perdas estimadas de créditos liquidação duvidosa referente a saldo em aberto de clientes com prazo superior a 180 dias.

Abaixo, apresentamos as principais contas sujeitas a risco de crédito:

PRINCIPAIS CONTAS SUJEITAS A RISCO DE CRÉDITO		
COMPOSIÇÃO	SALDO EM 30/09/2016	SALDO EM 31/12/2015
Caixa e equivalentes de Caixa	2.043	6.884
Clientes - Venda de Energia	259.998	108.388
<b>TOTAL</b>	<b>262.041</b>	<b>115.272</b>

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA 2016			
	COMPOSIÇÃO	SALDO	ATRASO EM DIAS
1	Caixa	-	-
2	Banco	1.998	-
3	Fundo Fixo	45	-
TOTAL		2.043	

CLIENTES 2016						
	CONCESSIONÁRIAS	FATURAMENTO	PARCELA VARIÁVEL	PARCELA RESSARCIMENTO	TOTAL	ATRASO EM DIAS
1	AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A	5.973	793	(553)	6.213	0
2	Amazonas Distribuidora de Energia S.A	3.981	528	(369)	4.140	0
3	Ampla Energia e Serviços S.A.	6.592	875	(610)	6.857	0
4	Bandeirante Energia S.A	6.869	912	(636)	7.145	0
5	Caiuá Distribuidora de Energia S.A. (GRUPO ENERGISA)	763	101	(71)	793	0
6	Companhia de Eletricidade do Amapá	529	84	(59)	554	227
	Companhia de Eletricidade do Amapá	658	-	-	658	199
	Companhia de Eletricidade do Amapá	672	-	-	672	168
	Companhia de Eletricidade do Amapá	676	-	-	676	137
	Companhia de Eletricidade do Amapá	689	-	-	689	105
	Companhia de Eletricidade do Amapá	692	-	-	692	77
	Companhia de Eletricidade do Amapá	702	-	-	702	46
	Companhia de Eletricidade do Amapá	723	-	-	723	14
	Companhia de Eletricidade do Amapá	636	-	-	636	0
7	Companhia Energética de Alagoas	2.103	279	(195)	2.187	0
8	CEB Distribuição S.A.	4.089	543	(378)	4.254	0
9	Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	5.737	762	(531)	5.968	0
10	Celesc Distribuição S.A.	11.837	1.571	(1.096)	12.312	0
11	CELG Distribuição S.A.	7.501	996	(694)	7.803	0
12	Centrais Elétricas do Pará S.A.	4.711	625	(436)	4.900	0
13	Companhia Energética de Pernambuco	7.433	987	(688)	7.732	0
14	Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A.	1.137	151	(105)	1.183	0
15	Companhia Energética do Maranhão	3.428	455	(317)	3.566	0
16	Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia	4.028	535	(373)	4.190	0
17	CEMIG Distribuição S.A	18.076	2.399	(1.673)	18.802	0
18	Companhia Energética do Piauí	1.846	245	(171)	1.920	0
19	Centrais Elétricas de Rondônia S.A.	1.912	254	(177)	1.989	0
20	Companhia Nacional de Energia Elétrica (GRUPO ENERGISA)	388	51	(36)	403	0
21	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	10.995	1.460	(1.018)	11.437	0
22	Companhia Energética do Ceará	6.310	838	(584)	6.564	0
23	COPEL Distribuição S.A.	17.191	2.282	(1.591)	17.882	0
24	Companhia Energética do Rio Grande do Norte	3.036	403	(281)	3.158	0
25	Companhia Jaguarí de Energia	320	42	(30)	332	0
26	Companhia Leste Paulista de Energia	197	26	(18)	205	0
27	Companhia Luz e Força Mococa	151	20	(14)	157	0
28	Companhia Paulista de Força e Luz	15.229	2.022	(1.410)	15.841	0
29	Companhia Piratininga de Força e Luz	6.676	886	(618)	6.944	0
30	Companhia Luz e Força Santa Cruz	646	86	(60)	672	0
31	Companhia Sul Paulista de Energia	267	35	(25)	277	0
32	DME Distribuição S.A. - DMED	289	38	(27)	300	0
33	Empresa Elétrica Bragantina S.A. (GRUPO ENERGISA)	494	66	(46)	514	0
34	Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	8.862	1.176	(820)	9.218	0
35	Companhia de Eletricidade do Acre	608	76	(53)	631	14
	Companhia de Eletricidade do Acre	571	-	-	571	0
36	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	27.404	3.638	(2.537)	28.505	0
37	Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.	465	62	(43)	484	0
38	Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia. S.A.	802	106	(74)	834	0
39	Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A	2.488	330	(230)	2.588	0
40	Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.	1.849	245	(171)	1.923	0
41	Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.	2.765	367	(256)	2.876	0
42	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	4.483	595	(415)	4.663	0
43	Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda	159	21	(15)	165	0
44	Light Serviços de Eletricidade S.A.	14.576	1.935	(1.349)	15.162	14
	Light Serviços de Eletricidade S.A.	14.576	-	-	14.576	0
45	Empresa de Distrib. Energia Vale Paranapanema S.A.(ENERGISA)	595	79	(55)	619	0
46	Rio Grande Energia S.A.	5.506	731	(510)	5.727	0
TOTAL		251.891	30.712	(21.418)	261.185	

### **c) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

#### **- Índices de liquidez:**

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível em caixa e equivalentes de caixa. A gestão deste risco implica manter caixa e equivalentes, além de aplicações que permitam à Companhia ter capacidade de liquidar suas posições de mercado nos respectivos vencimentos. Abaixo, apresentamos os principais indicadores:

- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto prazo, aponta um índice de liquidez corrente de 0,74 (0,79 em 31 de Dezembro de 2015) e

- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto e de longo prazo, revela um índice de liquidez geral de 0,19 (0,21 em 31 de Dezembro de 2015).

A administração da ELETRONUCLEAR entende que os riscos de liquidez corrente estão administrados. O índice de liquidez geral está afetado pelos financiamentos das obras da Usina Angra 3, com entrada em operação e consequente início de receita previstas para dezembro de 2022.

No quadro abaixo, estão demonstrados os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Os valores divulgados no quadro são os fluxos de caixa não descontados contratados:

PASSIVOS FINANCEIROS POR VENCIMENTO				
DESCRITIVO	R\$ MIL			
	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro de 2015 (i)				
- Empréstimos	476.513	621.369	2.180.782	9.842.132
- Fornecedores (iii)	765.239	60.198	60.198	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.241.752</b>	<b>681.567</b>	<b>2.240.980</b>	<b>9.842.132</b>
Em 30 de setembro de 2016 (i)				
- Empréstimos	116.851	676.942	2.390.442	11.192.964
- Fornecedores (iii)	728.391	66.933	66.932	-
<b>TOTAL</b>	<b>845.242</b>	<b>743.875</b>	<b>2.457.374</b>	<b>11.192.964</b>

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e fornecedores.

(ii) A divisão das faixas de vencimento não são determinadas pelas normas e sim baseadas em uma opção da administração de acordo com os contratos.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

## - Redução do Patrimônio Líquido

Face à crescente redução do patrimônio líquido decorrente dos sucessivos prejuízos da ELETRONUCLEAR, provocados essencialmente pelo aumento progressivo do valor do *Impairment*, e, ainda, pelo registro de provisão passiva adicional por contrato oneroso, ambos relacionados diretamente ao empreendimento de Angra 3 (ver nota 14 c.3), desperta-se um risco financeiro quanto à leitura do endividamento da Companhia junto ao seu acionista, o que pode acarretar em dificuldades para a tomada futura de financiamentos para a continuidade do empreendimento Angra 3. Entretanto, a administração da Companhia entende que resolvida a questão das iniciativas previstas no Plano de Ação para a viabilidade econômica e financeira, e, com a consequente retomada do empreendimento Angra 3 em sua plenitude, conforme elucidado na nota 14 g, ficariam atendidas as condições necessárias para que o BNDES e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL possam efetuar novos aditamentos aos contratos de empréstimos, hoje existentes, de forma a garantir o financiamento restante para a consecução do empreendimento, bem como na possibilidade de redução ou reversão dos valores registrados como *Impairment* e de provisão passiva por contrato oneroso. Eventualmente e, na hipótese de serem encontradas outras soluções de continuidade, estas, igualmente, terão como pilares o reequilíbrio econômico-financeiro do empreendimento Angra 3.

## d) Risco operacional

A ELETRONUCLEAR tem como atividade principal a operação das usinas Angra 1 e 2, e em razão disso, tem apresentado nos últimos anos um excelente nível de eficiência, com destaque até no cenário internacional.

Toda a energia produzida por essas usinas tem fornecimento contratual de longo prazo

firmado com as distribuidoras de energia elétrica, contratos esses, regidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A ELETRONUCLEAR entende que o risco de inadimplência fica mitigado na quitação desse faturamento, face à atividade de administração financeira estar sob o controle da CCEE, que possui autonomia sobre os recursos reservados pelas distribuidoras para esse fim.

A receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 é regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, através do modelo PRORET – Módulo 6 – Submódulo 6.7, com reajustes inflacionários anuais e revisões tarifárias trienais. A receita fixa de 2016 foi definida pela Resolução Homologatória nº 2.006 de 15.12.2015 (DOU 18.12.2015), no montante de R\$ 2.862.070.163,75 (dois bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, setenta mil, cento e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos).

Salienta-se que, conforme regras de comercialização das energias de Angra 1 e 2, os desvios eventuais (sobras ou faltas) são apurados em cada exercício e são faturados ou devolvidos em duodécimos no exercício seguinte.

Assim considerando, entende a administração da ELETRONUCLEAR, não haver nenhuma expectativa econômica e financeira que possa indicar um risco de descontinuidade operacional das usinas Angra 1 e 2 .

Quanto à Usina Angra 3, em fase de construção, terá a totalidade de sua produção de energia elétrica comercializada sob o égide da Portaria MME Nº 980 de 23/12/2010, que culminou com a celebração do Contrato de Energia de Reserva – CER com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Esse regime de comercialização determina o fornecimento de uma quantidade de energia firme a uma tarifa regulada. Tal tarifa encontra-se em fase de revisão no MME/ANEEL, de modo que possa incluir a totalidade dos custos necessários a tornar o empreendimento com retorno assegurado.

Portanto, a modalidade de comercialização de Energia de Reserva da Usina Angra 3 assegura a esse projeto todas as garantias e compromissos de um modelo não exposto ao mercado de energia elétrica de curto prazo.

A administração da Empresa ressalva, que diante da dificuldade da ELETRONUCLEAR em alocar recursos próprios em montantes suficientes para suportar as atividades de Angra 3, agravadas pela elevação da exigência de contrapartidas pelo BNDES, uma das instituições financeiras financiadora do empreendimento, que alterou de 20% para 40%, o percentual de participação financeira com recursos próprios, aplicáveis aos itens considerados financiáveis, levaram a empresa a decidir, no terceiro trimestre de 2015, pela suspensão da maior parte de seus contratos com fabricantes nacionais e a reduzir sensivelmente os dispêndios associados aos contratos de serviços, de maneira a melhor compatibilizar a relação dos desembolsos ao fluxo de caixa existente e a conter a escalada de pagamentos em aberto. As suspensões foram efetuadas em duas etapas, sendo a primeira amparada pelo inciso XIV, do artigo 78 da Lei 8.666/93 que, resumidamente, prevê a suspensão contratual, de forma unilateral, sem ônus para a

Administração, e, a segunda, finalizada em junho de 2016 em termos consensuais, sendo assegurado o ressarcimento dos custos incorridos, pela suspensão, às empresas contratadas. Atualmente, gestões estão sendo efetuadas pela administração da companhia para que novas extensões de suspensões consensuais sejam viabilizadas, de forma a serem preservadas a continuidade dos contratos então vigentes.

Importante frisar que, em 14.01.2016, foi sancionada, pela Presidenta da República, a Lei nº 13.255, onde foi estimada a receita e fixadas às despesas da União para o exercício financeiro de 2016, nela incluindo em seu inciso III, do artigo 1º, o Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto, incluindo-se na mesma, a aprovação de dotação e execução orçamentária para a ação de Investimento no projeto de “Implantação da Usina Termonuclear de Angra III”, pertencente à ELETRONUCLEAR, a qual se compreende que, após avaliação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, bem como pelo plenário do Congresso Nacional, a obra de “Implantação da Usina Termonuclear de Angra III” está apta a manter sua execução física, orçamentária e financeira.

Com o objetivo de caracterizar a situação atual de Angra 3, e, as implicações de sua paralisação para a ELETRONUCLEAR e para o Sistema Eletrobras, a administração da ELETRONUCLEAR vêm conduzindo iniciativas para a implantação de um Plano de Ações para o equacionamento das condições necessárias à plena retomada e conclusão do empreendimento.

Este Plano de Ações visou a atender, entre outros, à condição requerida pelo BNDES, para a suspensão do início do pagamento do principal da dívida e a suspensão parcial do pagamento dos juros em seu contrato de financiamento, cujo êxito desta concessão de suspensão será mencionado na nota 17.

O Plano de Ações está estruturado em duas partes. Na primeira parte é apresentado um breve histórico da evolução do empreendimento, destacando as principais dificuldades enfrentadas no seu desenvolvimento e que levaram à sua situação atual de paralisação. São abordadas ainda as consequências para a ELETRONUCLEAR e para o Sistema Eletrobras desta condição de paralisação e de indefinição quanto à conclusão da obra, que motivam o estabelecimento de um Plano de Ações para viabilização das condições para retomada e conclusão do empreendimento.

Na segunda parte, detalha as ações em três frentes: a) ações jurídicas e de *compliance*; b) atividades preparatórias para retomada; e c) equacionamento dos recursos para conclusão do empreendimento.

No Plano de Ações, as iniciativas a serem empreendidas são definidas de forma objetiva, indicando as metas a serem alcançadas, os prazos e as instituições envolvidas na sua consecução.

A ELETRONUCLEAR juntamente com sua *holding* Eletrobras, vêm participando de um

fórum que analisa alternativas de cenários para a viabilização do Empreendimento, tendo como demais componentes o Ministério de Minas e Energia, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, BNDES e Caixa Econômica. Várias soluções estão sendo estudadas na esfera superior no sentido de que as necessidades econômicas e de ordem conjuntural possam ser viabilizadas para a retomada do projeto de construção da usina.

Considerando que a autorização para a prosseguimento do Empreendimento Angra 3 em 2010, partiu do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, novamente será submetido ao Conselho os estudos em andamento para nova avaliação e aprovação.

Para garantir uma avaliação adequada do cronograma e orçamento atualizado do projeto, a ELETRONUCLEAR contratou a Deloitte para realizar os trabalhos de consultoria independente necessários a dar segurança e consistência a formalização dos estudos ao CNPE.

Um dos objetivos fundamentais do processo é a escolha de cenários que possam adequar a estrutura financeira do empreendimento, com tarifa adequada e fontes dos recursos necessários asseguradas.

Considerando a precisão necessária nos estudos, com a definição de diversos parâmetros profundamente complexos, a Empresa prevê para o final do presente exercício a conclusão dos trabalhos e encaminhamento às autoridades competentes.

É importante destacar que a tarifa inicial de R\$ 148,65/MWh, base setembro de 2009 e homologada em 2010, não trouxe equivalência com o custo do serviço da usina.

## **4.2 - Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a ELETRONUCLEAR monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de curto prazo.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

ÍNDICE DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA		
DESCRIPTIVO	R\$ MIL	
	30/09/2016	31/12/2015
Total dos financiamentos e empréstimos (Nota 17a)	7.669.750	6.828.095
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5a)	(2.043)	(6.884)
(-) Títulos e val. mobiliários de curto prazo (Nota 5b)	(38.587)	(151.413)
Dívida líquida	7.629.120	6.669.798
Total do patrimônio líquido	(4.334.184)	(351.588)
Total do capital	3.294.936	6.318.210
Índice de alavancagem financeira - %	2,32	1,06

#### 4.3 - Instrumentos financeiros por categoria

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA - 30/09/2016			
R\$ MIL			
DESCRIPTIVO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Contas a receber de clientes	259.998	-	259.998
- Caixa e equivalentes de caixa	2.043	-	2.043
- Títulos e valores mobiliários de curto prazo	-	38.587	38.587
- Títulos e valores mobiliários de longo prazo	-	477.266	477.266
Em 30 de Setembro de 2016	262.041	515.853	777.894

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA - 31/12/2015			
R\$ MIL			
DESCRITIVO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/12/2015
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Contas a receber de clientes	108.388	-	108.388
- Caixa e equivalentes de caixa	6.884	-	6.884
- Títulos e valores mobiliários de curto prazo	-	151.413	151.413
- Títulos e valores mobiliários de longo prazo	-	492.938	492.938
Em 31 de Dezembro de 2015	115.272	644.351	759.623

#### 4.4 - Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. A Administração entende que os valores justos de seus passivos financeiros são próximos dos seus valores contábeis, tendo em vista a disponibilidade de instrumentos financeiros similares no mercado e, portanto de juros e condições equivalentes.

#### Valor justo hierárquico

Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto a seguir:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação, baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação, baseado em dados não observáveis de mercado.

Em 30 de setembro de 2016 a classificação por Nível Hierárquico apresenta-se da seguinte forma para os instrumentos financeiros valorizados a valor justo:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DESCRITIVO	R\$ MIL				
	Nível 1		Nível 2		Total
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	
Títulos e valores mobiliários de curto prazo	151.413	151.413	-	-	151.413
Títulos e valores mobiliários de longo prazo	492.938	492.938	-	-	492.938
Total de ativos em 31/12/2015	644.351	644.351	-	-	644.351
Títulos e valores mobiliários de curto prazo	38.587	38.587	-	-	38.587
Títulos e valores mobiliários de longo prazo	477.266	477.266	-	-	477.266
Total de ativos em 30/09/2016	515.853	515.853	-	-	515.853

### Gerenciamento do capital

A política da Administração, bem como as demais áreas, procura um equilíbrio entre a rentabilidade vis-à-vis o risco incorrido, de modo a não expor seu patrimônio, ou de sofrer aumento súbito ou flutuações do mercado. Visando a gestão do capital saudável, a Companhia adota a política de preservar a liquidez, com o acompanhamento de perto do fluxo de caixa de curto e longo prazo.

### NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO PRAZO

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.284/05, emitida pelo Banco Central do Brasil, em 25 de maio de 2005, as aplicações financeiras resultantes das receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas por intermédio da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversível em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e também cujos recursos são destinados ao atendimento da gestão de caixa da Companhia. Aquelas aplicações de recursos, que são de comprometimento nas atividades de investimentos e que não fazem parte da gestão de caixa, são classificadas como títulos e valores mobiliários.

As aplicações financeiras da Companhia, apresentadas no quadro abaixo (“b - Títulos e valores mobiliários de curto prazo”), resultam de recursos oriundos de financiamento concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e pela Caixa Econômica Federal – CEF para construção da usina Angra 3, que são mantidos no

Banco do Brasil e na CEF por força contratual. Estão aplicados em Extramercado FAE - Fundo de Investimento em Renda Fixa, que oferece liquidez diária e são compostas, principalmente, de títulos do governo brasileiro e certificados de depósitos bancários. O fundo de investimento possui possibilidade de resgate com liquidez imediata e sem carência.

**a) Caixa e equivalentes de caixa**

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Composição	R\$ MIL	
	30/09/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	2.043	6.884
<b>SALDO</b>	<b>2.043</b>	<b>6.884</b>

**b) Títulos e valores mobiliários de curto prazo**

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		
Composição	R\$ MIL	
	30/09/2016	31/12/2015
Investimento em renda fixa:		
* BB Extramercado FAE 2	28.751	-
** Fundo de Investimento Caixa Extramercado VI IRF-M	9.836	
*** Fundo de Investimento Caixa Extramercado VI IRF-M	-	151.413
<b>TOTAL</b>	<b>38.587</b>	<b>151.413</b>

Os recursos oriundos de financiamento concedido pelo BNDES e pela Caixa Econômica Federal são para construção da usina Angra 3.

\* Rentabilidade no ano: 10,88% em 2016 e 10,19% em 2015

\*\* Rentabilidade no ano: 11,00% em 2016 e 11,36 % em 2015

\*\*\* Rentabilidade no ano: 5,07% em 2016 e 12,89 % em 2015

Em 2016, até 30 de setembro, houve aplicação em títulos e valores mobiliários de curto prazo no valor de R\$ 625.000, rendimento bruto de R\$ 12.948, resgate de recursos, incluso IRRF e pagamento de IOF, no montante R\$ 750.774.

## NOTA 6 – CLIENTES

CLIENTES - CONTAS A RECEBER		
BALANÇO	R\$ MIL	
	Ativo Circulante 30/09/2016	Ativo Circulante 31/12/2015
Energia contratada	238.506	194.063
Inadimplência	20.525	-
Desvio negativo	(28.558)	(85.675)
Desvio positivo	30.712	-
(-)Perdas Estimadas Créditos de Liq. Duvidosa	(1.187)	-
<b>TOTAL</b>	<b>259.998</b>	<b>108.388</b>

- a) O faturamento da Companhia é realizado, mensalmente, com base na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela ANEEL, para todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN. Até 30 de setembro de 2016, houve inadimplência por parte de três concessionárias de distribuição no valor de R\$ 20.525. Ver Nota 38.
- b) O desvio negativo (ressarcimento) de R\$ 28.558, contabilizado até setembro de 2016, é em decorrência de a energia fornecida ter sido menor que a energia garantida para 2015. Este valor corresponde ao montante apurado e valorado, ao máximo, entre o Preço de Liquidação das Diferenças – PLD médio do ano, em referência, a Receita Fixa, e está sendo devolvido a todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, em doze parcelas no exercício de 2016.
- c) O desvio positivo (reembolso) de R\$ 30.712 provisionados em setembro de 2016 é em decorrência de a energia fornecida ter sido maior que a energia garantida para 2016. Ela corresponde a 50% do montante apurado e valorado ao PLD médio do ano de 2016 e deverá ser cobrado a todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN em doze parcelas no exercício de 2017.
- d) As perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa foram constituídas no terceiro trimestre de 2016 com base no saldo de clientes vencidos em prazo superior a 180 dias. Estes clientes são notificados através de cartas de cobrança, conforme IN 31.01 e, inscritos no Cadin, em cumprimento à Lei 10.522/2002.

## NOTA 7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – ATIVO

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL	
	ATIVO CIRCULANTE	
	30/09/2016	31/12/2015
IRRF sobre aplicações financeiras	-	3.475
IRRF sobre serviços prestados a terceiros	-	430
CSLL retida sobre serviços prestados a terceiros	-	359
Saldo de antecipações de IRPJ	-	30.526
Saldo de antecipações de CSLL	-	10.732
FGTS a Recuperar	131	131
Créditos fiscais PASEP e COFINS	13.696	17.211
Outros	111	110
<b>TOTAL</b>	<b>13.938</b>	<b>62.974</b>

## NOTA 8 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O combustível nuclear utilizado nas usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 é constituído de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio em seu interior.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários a sua fabricação, e classificados contabilmente no ativo não circulante, nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Depois de concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto, cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante, é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante, a parcela restante.

A amortização do combustível nuclear, ocorre pela perda do potencial de energia térmica dos elementos, o que proporciona a geração de energia elétrica. A amortização não é linear, não havendo geração de energia, não há amortização.

COMBUSTÍVEL NUCLEAR		
BALANÇO	R\$ MIL	
	30/09/2016	31/12/2015
Concentrado de urânio	105.728	7.723
Elementos prontos	4.542.046	4.368.822
Serviços em curso	288.253	129.479
Consumo Acumulado	(3.800.928)	(3.525.146)
<b>TOTAL</b>	<b>1.135.099</b>	<b>980.878</b>
Ativo circulante	419.731	402.453
Ativo não circulante	715.368	578.425
<b>TOTAL</b>	<b>1.135.099</b>	<b>980.878</b>

A movimentação dos elementos de combustível nuclear prontos está apresentada a seguir:

BALANÇO	R\$ MIL			
	SALDO EM 31/12/2015	ADIÇÕES	BAIXA	SALDO EM 30/09/2016
Ativo circulante	402.453	17.278	-	419.731
Ativo não circulante	3.966.369	155.946	-	4.122.315
<b>TOTAL BRUTO</b>	<b>4.368.822</b>	<b>173.224</b>	<b>-</b>	<b>4.542.046</b>
Consumo acumulado	(3.525.146)	-	(275.782)	(3.800.928)
<b>VALOR LÍQUIDO</b>	<b>843.676</b>	<b>173.224</b>	<b>(275.782)</b>	<b>741.118</b>

## NOTA 9 – ALMOXARIFADO

O saldo do almoxarifado é composto por materiais utilizados para consumo, nos montantes de R\$ 116.578 (R\$ 73.200 em 31 de dezembro de 2015) das usinas no curto prazo, assim como, os adiantamentos efetuados a fornecedores para a aquisição dos correspondentes materiais, nos montantes de R\$ 16.594 (R\$ 19.913 em 31 de dezembro de 2015), totalizando R\$ 133.172 (R\$ 93.113 em 31 de dezembro de 2015).

## NOTA 10 – OUTROS ATIVOS

OUTROS ATIVOS	R\$ MIL		R\$ MIL	
	ATIVO CIRCULANTE		ATIVO NÃO CIRCULANTE	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Prêmios de seguros	1.628	16.275	-	-
Partes relacionadas	38.921	39.261	-	-
Contribuições as fundações	23.918	-	-	-
Antecipação de IPVA e IPTU	3.089	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	6.050	12.462	-	-
Furnas - Contingência trabalhista	-	-	15.732	15.732
Furnas - Contingência trabalhista atualização	-	-	6.767	6.431
INEPAR - multa contratual	4.141	4.141	-	-
Desativações em curso	2.302	2.302	-	-
Devedores diversos	6.711	7.352	1.289	1.289
<b>TOTAL</b>	<b>86.760</b>	<b>81.793</b>	<b>23.788</b>	<b>23.452</b>

Veja detalhes sobre as transações com partes relacionadas na Nota 32.

## NOTA 11 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE LONGO PRAZO - FUNDO PARA O DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito. Para permitir a inserção na ELETRONUCLEAR dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das usinas Angra 1 e 2, foi constituído contabilmente uma obrigação para desmobilização de ativos, com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia, conforme Nota 24.

De acordo com a determinação do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, as atribuições pelas atividades de instituir e viabilizar o fundo, para fazer face ao efetivo descomissionamento das usinas nucleares Angra 1 e 2, ao final da vida útil econômica das referidas usinas, foram atribuídas à Eletrobras.

Em 15 de janeiro de 2008, a Eletrobras fixou as diretrizes para implementação do fundo financeiro, informando a conta corrente para os depósitos, as datas de recolhimentos, bem como os valores das quotas mensais a serem recolhidas no exercício de 2008.

Assim sendo, a ELETRONUCLEAR, em 20 de fevereiro de 2008, iniciou o processo de pagamento à Eletrobras, para o devido recolhimento ao fundo financeiro para o descomissionamento.

Anualmente, a Eletrobras estabelece o montante a ser recolhido ao fundo financeiro do Banco do Brasil para o descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2, considerando como base de cálculo, a parcela considerada pela ANEEL, na receita fixa das mencionadas usinas. Para o exercício de 2016, o valor fixado para depósito foi o montante R\$ 25.869.

O mencionado fundo é mantido com o Banco do Brasil, através de um fundo de investimento extra mercado de longo prazo, exclusivo para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2. A titularidade deste fundo pertence à Eletrobras, conforme determinado pelo CNPE.

A seguir, demonstramos o detalhamento de carteira do mencionado fundo:

DERIVATIVOS FUNDO DE DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	30/09/2016	31/12/2015
Conta-corrente	11	14
Dólar Comercial Futuro	334	9.686
LTN	293.997	336.639
NTNF	164.510	135.772
Operações Compromissadas	18.425	10.839
Outros	(11)	(12)
<b>TOTAL</b>	<b>477.266</b>	<b>492.938</b>

Mensalmente, a Eletrobras informa à ELETRONUCLEAR, os rendimentos financeiros incorridos durante o período sobre as aplicações do fundo, com a devida tributação do imposto de renda na fonte.

Em setembro de 2016, o fundo apresenta uma perda financeira de R\$ 57.215 (Nota 30), (ganho financeiro de R\$ 154.391 em 31 de Dezembro de 2015), em função da carteira do Fundo Financeiro do Banco do Brasil para descomissionamento conter título vinculado à variação da moeda dólar norte-americano, sem saldo final representativo, porém com forte movimentação durante o período. Em 2016 foram aplicados R\$ 41.582 no fundo para descomissionamento.

Abaixo, apresentamos o quadro da composição do fundo para descomissionamento:

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRIPTIVO	R\$ MIL	
	30/09/2016	31/12/2015
Parcelamento quotas de 2005/2006/2007	84.937	73.344
Quotas de 2008 a 2015	-	182.236
Quotas de 2008 a 2016	201.638	-
Total de quotas recolhidas	286.575	255.580
Planos de Recolhimentos Adicionais	13.704	3.117
Ganhos líquidos auferidos acumulados	176.987	234.241
Patrimônio líquido do fundo	477.266	492.938
Saldo da Carteira de Aplicativos do Fundo	477.266	492.938

## NOTA 12 – DEPÓSITOS VINCULADOS

### a) Composição

DEPÓSITOS VINCULADOS		
COMPOSIÇÃO	R\$ MIL	
	30/09/2016	31/12/2015
Depósitos judiciais		
Contingências trabalhistas	17.119	15.899
Contingências cíveis	196	196
Contingências tributárias	32.629	32.629
	49.944	48.724
Outros depósitos	125	125
Atualização monetária sobre os depósitos judiciais	12.879	10.593
<b>TOTAL</b>	<b>62.948</b>	<b>59.442</b>

## **b) Movimentação**

MOVIMENTAÇÃO DOS DEPÓSITOS VINCULADOS				
COMPOSIÇÃO	SALDO EM 31/12/2015	30/09/2016		
		BAIXAS	INCLUSÕES	SALDO
Depósitos judiciais	48.724	-	1.220	49.944
Outros depósitos	125	-	-	125
Atualização monetária s/depósitos judiciais	10.593	-	2.286	12.879
<b>TOTAL</b>	<b>59.442</b>	<b>-</b>	<b>3.506</b>	<b>62.948</b>

## **NOTA 13 – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS SOBRE PREJUÍZOS FISCAIS**

A Companhia possui prejuízo fiscal no montante de R\$ 1.074.985 (R\$ 1.204.994 em 31 de dezembro de 2015) e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 1.293.683 (R\$ 1.423.589 em 31 de dezembro de 2015).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa da CSLL são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

A Companhia não reconhece impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa, por não apresentar um histórico de resultados positivos nos três últimos anos e não ter expectativa de reverter a situação em curto prazo, conforme prevê a Instrução CVM nº 371/2002.

O cálculo da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social, e a composição dos impostos diferidos passivos, encontram-se detalhados na Nota 18.

## NOTA 14 – IMOBILIZADO

Os bens e instalações utilizados na produção são vinculados ao serviço público de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, segundo a legislação federal vigente.

### a) Composição do saldo do imobilizado

DESCRIPTIVO	% taxa anual de depreciação	IMOBILIZADO					
		30/09/2016			31/12/2015		
		Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido Ajustado	Reclassificações Entre Usinas	Valor Líquido
<b>EM SERVIÇO</b>							
Terrenos		34.446	-	34.446	34.447	-	34.447
Ed.Obras Cíveis Benfeitorias		1.529.583	(840.574)	689.009	707.502	-	707.502
Máquinas e Equipamentos - Inst.Fixas		7.217.357	(3.419.907)	3.797.450	4.054.102	-	4.054.102
Máquinas e Equipamentos - Equip.Geral		131.531	(81.399)	50.132	52.711	-	52.711
Veículos		11.316	(7.774)	3.542	4.352	-	4.352
Móveis e Utensílios		21.532	(11.696)	9.836	10.294	-	10.294
<b>Angras 1 e 2</b>	<b>3,3</b>	<b>8.945.765</b>	<b>(4.361.350)</b>	<b>4.584.415</b>	<b>4.863.408</b>	<b>-</b>	<b>4.863.408</b>
<b>EM CURSO</b>							
Terrenos		-	-	-	-	-	0,00
Ed.Obras Cíveis Benfeitorias		53.801	-	53.801	48.422	-	48.422
Máquinas e Equipamentos - Inst. Fixas		166.063	-	166.063	163.836	-	163.836
Máquinas e Equipamentos - Equip.Geral		15.235	-	15.235	3.673	-	3.673
Veículos		1.366	-	1.366	1.827	-	1.827
Móveis e Utensílios		178	-	178	181	-	181
A Ratear		259.804	-	259.804	220.849	-	220.849
Transf/fab e rep/mat em processo		3.002	-	3.002	3.002	-	3.002
Compras em andamento		1.246	-	1.246	1.011	-	1.011
Adiantamento a fornecedores		22.057	-	22.057	13.462	13.313	149
<b>Angras 1 e 2</b>		<b>522.752</b>	<b>-</b>	<b>522.752</b>	<b>456.263</b>	<b>13.313</b>	<b>442.950</b>
Terrenos		115	-	115	115	-	115
Ed.Obras Cíveis Benfeitorias		1.540.277	-	1.540.277	1.518.939	-	1.518.939
Máquinas e Equipamentos - Inst. Fixas		1.271.883	-	1.271.883	809.921	-	809.921
A Ratear		3.784.786	-	3.784.786	3.238.398	-	3.238.398
Compras em andamento		82.265	-	82.265	40.142	-	40.142
Adiantamento a fornecedores		1.956.887	-	1.956.887	2.077.920	(13.313)	2.091.233
<b>Angra 3 sem Impairment</b>		<b>8.636.213</b>	<b>-</b>	<b>8.636.213</b>	<b>7.685.435</b>	<b>(13.313)</b>	<b>7.698.749</b>
Impairment Angra 3		(8.636.213)	-	(8.636.213)	(6.063.454)	-	(6.063.454)
<b>Total Angra 3</b>		<b>0</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>1.621.982</b>	<b>(13.313)</b>	<b>1.635.295</b>
<b>Angras 1, 2 e 3</b>		<b>522.752</b>	<b>-</b>	<b>522.752</b>	<b>2.078.245</b>	<b>-</b>	<b>2.078.245</b>
<b>TOTAL BRUTO</b>		<b>9.468.517</b>	<b>(4.361.350)</b>	<b>5.107.167</b>	<b>6.941.653</b>	<b>-</b>	<b>6.941.653</b>
Obrigações especiais	3,3	(237)	232	(5)	(23)		(23)
<b>VALOR LÍQUIDO</b>		<b>9.468.280</b>	<b>(4.361.118)</b>	<b>5.107.162</b>	<b>6.941.630</b>	<b>-</b>	<b>6.941.630</b>

**b) Movimentação do imobilizado**

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2016 - R\$ MIL							
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2015	ADIÇÕES / DEPRECIACÃO	ENCARGOS FINANCEIROS E RENDIMENTOS CAPITALIZADOS	DEPRECIACÃO CAPITALIZADA	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS	SALDO EM 30/09/2016
Em curso	8.141.699	798.429	372.139	664	(12.198)	(454)	9.300.279
Achados da investigação	-	-	-	-	-	(141.313)	(141.313)
<i>Impairment</i> Angra 3	(6.063.454)	(2.572.760)	-	-	-	-	(8.636.214)
Em serviço: custo	8.933.609	-	-	-	12.198	(43)	8.945.764
Depreciação	(4.070.201)	(290.525)	-	(664)	-	41	(4.361.349)
Total em serviço	4.863.408	(290.525)	-	(664)	12.198	(2)	4.584.415
<b>TOTAL BRUTO</b>	<b>6.941.653</b>	<b>(2.064.856)</b>	<b>372.139</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(141.769)</b>	<b>5.107.167</b>
Obrigações especiais	(23)	-	-	-	-	-	(23)
Depreciação	-	18	-	-	-	-	18
<b>TOTAL</b>	<b>6.941.630</b>	<b>(2.064.838)</b>	<b>372.139</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(141.769)</b>	<b>5.107.162</b>

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2015 - R\$ MIL							
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2014	ADIÇÕES / DEPRECIACÃO	ENCARGOS FINANCEIROS E RENDIMENTOS CAPITALIZADOS	DEPRECIACÃO CAPITALIZADA	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS	SALDO EM 31/12/2015
Em curso	6.195.372	1.586.141	370.912	782	(10.903)	(605)	8.141.699
<i>Impairment</i> Angra 3	(1.090.343)	(4.973.111)	-	-	-	-	(6.063.454)
Em serviço: custo	9.124.031	-	-	-	10.903	(201.325)	8.933.609
Depreciação	(3.717.625)	(357.455)	-	(782)	-	5.661	(4.070.201)
Total em serviço	5.406.406	(357.455)	-	(782)	10.903	(195.664)	4.863.408
<b>TOTAL BRUTO</b>	<b>10.511.435</b>	<b>(3.744.425)</b>	<b>370.912</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(196.269)</b>	<b>6.941.653</b>
Obrigações especiais	(47)	-	-	-	-	-	(47)
Depreciação	-	24	-	-	-	-	24
<b>TOTAL</b>	<b>10.511.388</b>	<b>(3.744.401)</b>	<b>370.912</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(196.269)</b>	<b>6.941.630</b>

**c) Valor recuperável dos ativos de longo prazo**

A Companhia estimou o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base em valor em uso, tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura vinculada à concessão. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas, tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão.

**c.1)** Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e reajustes tarifários contratuais de inflação;

### **c.2) Taxa de desconto**

A taxa de desconto (após os impostos), para as Usinas Angra 1 e 2 - foi utilizada a taxa específica para o segmento de geração de 7,00%, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado.

Para a Usina Angra 3, em função das características peculiares de financiamento, a taxa de desconto foi calculada considerando a estrutura de capital específica do projeto, o que resultou na taxa de desconto para a base junho de 2016, de 5,44 % (5,47% na base dezembro 2015). Nesses cálculos foram utilizados, além dos parâmetros tradicionais conforme Nota Técnica Eletrobras 045/2016 de 09/08/2016, o beta calculado pela ANEEL, conforme Nota Técnica ANEEL 381/2012, alavancando a estrutura de capital do projeto. A opção do beta utilizado pela ANEEL consiste no fato de que nenhuma empresa de geração de energia elétrica com capital aberto no Brasil possui ativos de geração de energia nuclear, ao contrário da amostra de empresas utilizada no cálculo do beta pela ANEEL, que considera empresas americanas com o mínimo de duas plantas nucleares de geração de energia.

### **c.3 ) Registro do *Impairment***

Os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento da perda por desvalorização do ativo foram:

Durante o primeiro semestre de 2016, o empreendimento sofreu alteração cronológica na expectativa de sua conclusão, sendo a nova previsão de data de entrada em operação para 31 de dezembro de 2022, aprovada em reunião da Diretoria Executiva, conforme RDE 1302.007/16 de 26/07/2016. Em dezembro de 2015, a previsão de data de entrada em operação da usina era 01 de dezembro de 2020.

Nesse mesmo período, o orçamento total do projeto foi atualizado para a base junho de 2016, de modo a refletir o impacto das fortes oscilações nos índices inflacionários e cambiais, além da reprogramação de atividades devido o novo cronograma da obra. Essa alteração foi também aprovada conforme RDE 1302.007/16 de 26/07/2016.

Esse novo orçamento total base junho de 2016, de R\$ 26.144,08 milhões superou o de dezembro de 2015, de R\$ 20.579,8 milhões em R\$ 5.564,2 milhões, correspondente a um aumento de 27%. Em setembro de 2015, o orçamento total do empreendimento estava estimado em R\$ 19.801,1 milhões.

A taxa de desconto de 5,47 % utilizada no teste de *impairment* do segundo trimestre de 2016, foi calculada pela metodologia WACC (*Weighted Average Cost of Capital* ou Custo Médio Ponderado de Capital), considerando os parâmetros tradicionais e usualmente utilizados no mercado, conforme Instrução Técnica Eletrobras IT 96/2015 D 06/11/2015. Após o fechamento do segundo trimestre de 2016, a Eletrobras realizou pequena alteração na taxa de desconto, atualizando as premissas macroeconômicas da taxa de desconto que foram atualizadas considerando a data base de 30 de junho de 2016. Tais

atualizações resultaram em uma pequena redução, sugerindo uma oscilação imaterial no cálculo do *impairment*. Por este motivo não foi indicada a alteração da taxa neste trimestre.

Os custos a realizar até o término da construção, prevista para 01 de janeiro de 2021, foram adicionados ao fluxo de caixa do empreendimento como “CAPEX” durante os períodos de anos de realização de julho de 2016 a dezembro de 2022. A partir daí, o fluxo de caixa segue com a projeção de resultado do empreendimento até abril de 2062.

Foi desenvolvido um fluxo de caixa, a partir dos valores do resultado projetados para dezembro de 2022, a preços de junho de 2016, pelo período de vida útil econômica da usina em análise. O prazo estimado é de 40 anos, por sua semelhança a Usina Angra 2, que dispõe de licença de operação nesse prazo. Esse prazo é bastante conservador perante a expectativa conhecida de vida operacional desse tipo de instalação.

Os valores anuais obtidos no fluxo de caixa descontado foram acumulados, ano a ano, para serem comparados com o saldo do Ativo Imobilizado recuperável, representado pelo custo contábil realizado até 30 de junho de 2016.

A análise elaborada pela Companhia apurou um Valor Presente Líquido (VPL) negativo no valor de R\$ 10.155.202 para o empreendimento, determinando um registro negativo total no resultado do período de 6 meses findos em 30 de junho de 2016 de R\$ 4.091.748. Deste montante, R\$ 141.313 foi reclassificado para conta de resultado achados da investigação conforme nota 29.

Durante o período de 01 de julho a 30 de setembro de 2016, os eventos ocorridos não apresentam alterações nas premissas utilizadas no teste de *impairment* da Usina Angra 3, em 30 de junho de 2016. As principais premissas aprovadas pela Diretoria Executiva da Empresa estão mantidas, tais como previsão da data de entrada em operação e orçamento total do projeto.

Não houve alterações substanciais no câmbio vinculado parcialmente ao orçamento do empreendimento e a taxa de desconto estabelecida pela Eletrobras, específica para Angra 3, de 5,44 %, não traz efeitos no teste de *impairment* realizados em junho de 2016.

Desse modo, considerando que a provisão para perda já contabilizada atinge vultuosos valores, a Companhia entendeu que os resultados do teste de *impairment* realizados em junho de 2016 estão adequados para este momento, não necessitando a realização de novo teste para o Empreendimento Angra 3 até que novas ocorrências se apresentem..

A Companhia continua monitorando as estimativas e os riscos associados na determinação do valor recuperável desse empreendimento e, na medida que novas negociações, novos estudos ou novas informações se concretizem e requeiram modificações no plano de negócio dos empreendimentos, as mesmas serão atualizadas para refletir tais alterações.

#### **c.4) Tarifa**

A receita calculada para o teste de *impairment* de dezembro de 2015, teve base na tarifa contratual de 2009, R\$ 148,65 / MWh, devidamente ajustada pelos índices estabelecidos contratualmente. Esse procedimento é o mesmo padrão que vem sendo utilizado desde o início dessa avaliação. Em junho de 2016, a tarifa ajustada representa R\$ 234,18/MWh. A tarifa a ser praticada pela Usina Angra 3 foi instituída quando da assinatura do fornecimento da energia da usina em 2009, e foi regulamentada através da Portaria MME 980/2010, com o valor original de R\$ 148,65 / MWh.

A base utilizada na ocasião para o cálculo dessa tarifa, não teve equivalência com o custo do serviço da usina, assim como, também, não foi compatível com a média praticada nos leilões de térmicas da ocasião, e, portanto, encontra-se em um patamar distinto e inferior ao seu seguimento e não proporcionando o equilíbrio econômico financeiro do empreendimento.

A ELETRONUCLEAR, juntamente com sua *holding* Eletrobras, vêm participando de um fórum que analisa alternativas de cenários para a viabilização do Empreendimento, tendo como componentes diversos órgãos superiores envolvidos com o empreendimento.

#### **c.5) Sinergia**

As Usinas Angra 2 e Angra 3 são oriundas de projetos similares e, por isso, tem sido utilizado o parâmetro de custos de Angra 2 em Angra 3. Ocorre que, existirá um ganho de custo/produtividade na entrada de Angra 3 por não haver necessidade de duplicar todas as atividades geradoras de custo, pois áreas comuns estarão atendendo as duas usinas.

A sinergia apurada para o projeto, considerando estudos internos, baseados na utilização da mão de obra da Companhia, apontou para um patamar de cerca de 25,4%, conforme Nota Técnica SF.A 022/2016; sendo esse percentual utilizado para estimativa do custo operacional PMSO, da Usina Angra 3, no teste de *impairment* de dezembro de 2015 e mantida no teste de *impairment* de junho de 2016.

#### **d) Licenciamento das usinas Angra 1 e 2**

As usinas nucleares são submetidas a dois processos de licenciamento: Licenciamento Ambiental, de competência do IBAMA e Licenciamento Nuclear, conduzido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Atualmente, a Usina Angra 1 possui a Autorização para Operação Permanente (AOP), emitida pela CNEN, em 1994 e renovada por 14 anos, pelo Ofício CNEN n° 124/2010 – CGRC/CNEN, de 09/08/2010 e a Usina Angra 2 possui a Autorização para Operação Permanente (AOP), concedida pela Resolução CNEN n.º 106/2011, válida por 30 anos a partir de 15/06/2011.

Em 12 de março de 2014, o IBAMA emitiu a Licença de Operação nº 1217/2014 autorizando a operação das Usinas Angra 1 e 2, válida por 10 anos.

### **e) Interpretação Técnica ICPC 12 – Mudanças em Passivos**

A Interpretação Técnica ICPC 12 - Mudanças em passivos, aprovada pela Deliberação CVM 621, de 22 de dezembro de 2009, determina que a alteração de taxa de desconto aplicada em passivo de desativação deve refletir como atualização do ajuste a valor presente desse passivo, devendo tal alteração ser adicionada ao ativo correspondente.

A taxa de desconto atual para ajuste a valor presente é de 7,00% ao ano, estabelecida para aplicação por todas as Empresas do Sistema Eletrobras.

### **f) Pronunciamento Técnico CPC 27 – Sobressalentes no Imobilizado**

A Companhia mantém em seu estoque uma gama de material de valor compatível às necessidades específicas de cada uma de suas usinas, devido às características próprias e individuais dos projetos. Trata-se de componentes e respectivos sobressalentes de fabricação restrita, de disponibilidade reduzida e, na sua quase totalidade, adquirida do exterior, necessários de modo a garantir a performance e fluxo contínuo de operação.

### **g) Empreendimento Angra 3**

O planejamento original para a construção da Usina Nuclear Angra 3 previa que a planta seria implementada com base em um Cronograma Executivo de 66 meses\*. Tal premissa fundamental era alicerçada na experiência da ELETRONUCLEAR com a construção de Angra 2, excluídos os períodos nos quais suas atividades estiveram paralisadas, bem como, com os programas de implantação das usinas nucleares mais recentemente construídas na Alemanha. O início desse prazo foi caracterizado pelo início da execução dos serviços de concretagem do edifício do reator, ocorrido em 01 de setembro de 2010. A viabilização desse prazo contemplava diversas premissas, algumas das quais ainda não concretizadas e, adicionalmente, não se anteviam grandes dificuldades de natureza externa que impactassem sobremaneira o desenvolvimento das obras.

O empreendimento Angra 3 sofreu alteração cronológica por eventos operacionais relacionados aos contratos de montagem eletromecânica e obras civis, sendo a nova previsão de data de entrada em operação para 31 de dezembro de 2022, conforme aprovado pela Diretoria Executiva, nos termos da RDE 1302.007/16 de 26 de julho de 2016.

*\*Informação não auditada por auditoria independente*

Simultaneamente às gestões de ordem contratuais do empreendimento, a Empresa elaborou um plano econômico financeiro de cento e oitenta dias, de modo que possa viabilizar o retorno das atividades paralisadas do empreendimento, como forma de estancar os danos pela suspensão das atividades de construção. O mencionado plano encontra-se em fase de gestões para sua execução.

Como todo empreendimento, em que são necessárias a aplicação intensiva de capital e por um longo período, a construção de uma nova unidade de geração de energia de fonte nuclear não é diferente, um dos seus grandes desafios, a serem ainda superados, têm sido a estruturação dos recursos financeiros necessários à sua implementação.

Com o objetivo de caracterizar a situação atual de Angra 3, e, as implicações de sua paralisação para a ELETRONUCLEAR e para o Sistema Eletrobras, a administração da ELETRONUCLEAR vêm conduzindo iniciativas para a implantação de um Plano de Ações para o equacionamento das condições necessárias à plena retomada e conclusão do empreendimento.

### **g.1) Impactos da Investigação**

Os relatórios finais da Investigação Independente, que foram aprovados pela Comissão Independente, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, todos da Eletrobras, incluem descobertas que determinaram registros em 30 de setembro de 2016, conforme permitido pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Conforme divulgado na nota explicativa 3.1.1, a Companhia registrou uma baixa de custos capitalizados no ativo imobilizado no total R\$ 141.313 , e, adicionalmente também foi baixado do ativo imobilizado um valor de R\$ 141.313 para os quais haviam perdas por impairment registradas anteriormente, ocasionando a reversão parcial de provisão de impairment registrada, de forma a não haver impacto no resultado líquido do período.

Nos termos da legislação do imposto de renda brasileiro, valores relativos a atos ilícitos não são dedutíveis e, por conseguinte, o ajuste não tem qualquer impacto no imposto de renda. Além disso, como as descobertas da Investigação Independente referem-se a ativos em construção, não há impacto nas despesas com depreciação.

A empresa não recuperou e não pode estimar neste momento os valores recuperáveis que foram potencialmente pagos em excesso. Uma vez que, e se quaisquer valores atribuíveis a propina, licitação fraudulenta ou qualquer outro tipo de superfaturamento se tornarem recuperáveis, seu recebimento for praticamente certo ou se foram de fatos recebidos, serão reconhecidos em nossas demonstrações financeiras.

## NOTA 15 – INTANGÍVEL

O ativo intangível da Companhia compõe-se, basicamente: da aquisição de licença de uso do software do seu sistema corporativo central, denominado SAP R/3, e a de outros softwares aplicativos de uso específico e geral de valores substanciais, estando os mesmos registrados pelo custo de aquisição.

A movimentação do ativo intangível está assim constituída:

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL EM 2016 - R\$ MIL							
DESCRIPTIVO	SALDO 31/12/2015	ADIÇÃO	TRANSF P/SERVIÇO	AMORTIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO CAPITALIZADA	OUTROS	SALDO 30/09/2016
Em curso	34.864	7.400	-	-	100	-	42.364
Em serviço - custo	102.198	-	-	-	-	-	102.198
Amortização	(76.790)	-	-	(6.507)	(100)	-	(83.397)
Total em serviço	25.408	-	-	(6.507)	(100)	-	18.801
TOTAL LÍQUIDO	60.272	7.400	-	(6.507)	-	-	61.165

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL EM 2015 - R\$ MIL							
DESCRIPTIVO	SALDO 31/12/2014	ADIÇÃO	TRANSF P/SERVIÇO	AMORTIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO CAPITALIZADA	OUTROS	SALDO 31/12/2015
Em curso	23.755	12.683	(1.773)	-	199	-	34.864
Em serviço - custo	100.425	-	1.773	-	-	-	102.198
Amortização	(66.041)	-	-	(10.550)	(199)	-	(76.790)
Total em serviço	34.384	-	1.773	(10.550)	(199)	-	25.408
TOTAL LÍQUIDO	58.139	12.683	-	(10.550)	-	-	60.272

## NOTA 16 – FORNECEDORES

- a) O saldo de fornecedores está composto de contas a pagar a empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado da operação, concentrado de urânio e serviços para o estoque de combustível nuclear e, para aplicação direta no investimento e nas atividades estruturais da ELETRONUCLEAR.
- b) Também está composta nessa rubrica, a provisão do valor de R\$ 200.797 (R\$ 180.594 em 31 de dezembro de 2015), a ser pago à FURNAS. Essa provisão, entendida como devolução líquida à FURNAS de faturamento a maior, decorre do seguinte:
  - 1) Diferença a favor de FURNAS entre as tarifas provisórias, que deram base ao faturamento da ELETRONUCLEAR de 2010, 2011 e 2012, e as tarifas definitivas recentemente, divulgadas pela Resolução Homologatória nº 1.585, de 13 de agosto de 2013, a crédito desta rubrica, no valor de R\$ 211.060;

- 2) Complemento de faturamento realizado pela ELETRONUCLEAR no período de 2005 a 2012, a débito desta rubrica, referente às diferenças das perdas na transmissão no valor de R\$ 73.468;
- 3) Atualização monetária de R\$ 38.547 e juros de R\$ 24.658 a crédito desta rubrica.
- c) A variação cambial destacada refere-se à atualização das faturas em moedas estrangeiras processadas desde seus registros até a data do balanço.

Abaixo, quadro com a composição da dívida com fornecedores:

FORNECEDORES EM 30/09/2016				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Faturas processadas	Variação cambial	Provisões	TOTAL
<u>Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	66.932	66.932
Fornecedores - nacional	429.388	-	63.493	492.881
Fornecedores - exterior	161.015	20.571	(13.008)	168.578
TOTAL CIRCULANTE	590.403	20.571	117.417	728.391
<u>Não Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	133.865	133.865
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	133.865	133.865
TOTAL EM 30/09/2016	590.403	20.571	251.282	862.256

FORNECEDORES EM 31/12/2015				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Faturas processadas	Variação cambial	Provisões	TOTAL
<u>Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	60.198	60.198
Fornecedores - nacional	384.123	-	89.280	473.403
Fornecedores - exterior	107.740	22.152	101.746	231.638
TOTAL CIRCULANTE	491.863	22.152	251.224	765.239
<u>Não Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	120.396	120.396
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	120.396	120.396
TOTAL EM 31/12/2015	491.863	22.152	371.620	885.635

## **NOTA 17 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos são:

### **Aplicações nas Usinas Angra 1 e Angra 2**

Tratam-se de financiamentos captados com a Eletrobras para diversas etapas de melhoramentos da Usina Angra 1, para a troca dos geradores de vapor, da tampa do vaso de pressão do reator e para o capital de giro da companhia.

Em garantia dos compromissos assumidos com a Eletrobras, a ELETRONUCLEAR vinculou sua receita própria, oriunda das usinas Angra 1 e Angra 2, aos débitos previstos nos financiamentos. Tal vinculação está suportada por procurações outorgadas por instrumento público, para que, em caso de inadimplência, possa receber diretamente os valores em atraso.

### **Aplicações na Usina Angra 3**

Em 24 de janeiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº ECF-2878/2010 entre a Companhia e a Eletrobras, com interveniência do Banco do Brasil, com abertura de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, na ordem de R\$ 890.000, para retomada do empreendimento de implementação da usina nuclear Angra 3.

Em 23 de fevereiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº 10.2.2032.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a ELETRONUCLEAR, com interveniência da Eletrobras, com abertura de um crédito de R\$ 6.14 bilhões, destinados à implantação da usina Angra 3.

Em garantia dos compromissos assumidos com o contrato do BNDES acima, a ELETRONUCLEAR constituiu uma Cessão Fiduciária em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, até o final da liquidação de todas as obrigações deste contrato, decorrentes da venda de energia produzida pela Usina de Angra 3.

A ELETRONUCLEAR deve apresentar ao BNDES, trimestralmente, Relatório Gerencial sobre a evolução física e financeira do projeto de Angra 3, assim como o Relatório sobre o andamento dos Programas Ambientais do empreendimento. Outras obrigações da empresa incluem: a permissão de ampla inspeção das obras do projeto por parte de representantes do BNDES; a comunicação ao banco de fomento de qualquer ocorrência que acarrete a alteração do Quadro de Usos e Fontes do projeto; não conceder preferência a outros créditos sem a anuência do BNDES; apresentar até 30 de abril de cada ano as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas por empresa registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Em 28 de junho 2013, foi assinado o contrato nº 0410.351-27/2013 entre a ELETRONUCLEAR e a Caixa Econômica Federal (contrato principal), no montante de R\$ 3.800.000, para financiamento de parte dos empreendimentos de Angra 3, referente à importação de equipamentos e serviços. O prazo do contrato é de 25 anos, a partir da data de assinatura, com a taxa de juros de 6,5% a.a. De acordo com a cláusula 3ª – Liberação de Recursos, a realização fica condicionada ao prévio adimplemento de diversas condições estipuladas nesse contrato, dentre as quais consta a celebração do contrato de Garantia Fidejussória da União e do contrato em Contragarantia da ELETRONUCLEAR.

Como tais exigências não foram preenchidas no período programado, e como havia uma grande quantidade de faturas de equipamentos e serviços já vencidas, e também depois de diversas tratativas entre as partes, optou-se pela assinatura de um subcontrato em 30/09/2013, denominado Empréstimo-Ponte nº 0418.626-06/2013, com garantia da Eletrobras, no valor de R\$ 1 bilhão, com a taxa de juros de 6,7% a.a. capitalizados e incorporados ao saldo devedor. Tal contrato já está assinado e registrado em cartório. Todos os saques previstos foram realizados e em 27 de julho de 2015 foi efetuada a quitação final do referido contrato.

Com o contrato de garantia assinado pela União, em 17 de julho de 2015, o contrato principal de R\$ 3.800.000, firmado com a Caixa Econômica Federal – CEF, em 28 de junho de 2013 entrou em vigor em conformidade com o estipulado na Cláusula Vigésima Sexta – Eficácia.

Em 27 de julho de 2015, fizemos o lançamento contábil da quitação do novo saldo devedor da conta de curto prazo (R\$ 1.078.003) – Empréstimo-Ponte CEF, e contabilizamos o valor do primeiro desembolso do contrato principal (R\$ 1.983.570) na conta de longo prazo.

Em 21 de Março de 2016, foi realizado o segundo desembolso da CEF relativo ao contrato nº 0410.351-27/2013, no valor de R\$ 478.000, para o pagamento de faturas de importação de serviços e equipamentos.

Em decisão da diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 12 de Julho de 2016, foi autorizada a renegociação da dívida do contrato nº 10.2.2032.1, assinado entre o BNDES e a ELETRONUCLEAR em 23 de fevereiro de 2011, com a suspensão do início do pagamento do principal da dívida e a suspensão parcial do pagamento dos juros apurados mensalmente.

De acordo com os termos da renegociação definidos no Aditivo nº 4, firmado entre a ELETRONUCLEAR e o BNDES em Agosto de 2016, foi estabelecida a suspensão do pagamento do principal por 24 meses, compreendendo o período de 15 de Julho de 2016 até 15 de Junho de 2018. Conforme Cláusula Sexta do contrato em questão, o início da amortização do principal da dívida seria em 15 de Julho de 2016.

Com relação aos encargos da dívida, foi suspenso o pagamento de 70% dos juros durante o período de 15 de Julho de 2016 até 15 de Fevereiro de 2017. Durante este

período, 30% do montante de juros apurado deverá ser liquidado financeiramente, enquanto que o restante será capitalizado ao saldo devedor. A partir de 15 de Março de 2017, a ELETRONUCLEAR terá de pagar a totalidade do valor dos encargos apurados mensalmente.

Ainda nos termos do Aditivo nº 4, em razão da renegociação da dívida do Contrato nº 10.2.2032.1, a ELETRONUCLEAR ficou em débito com o BNDES no valor total de R\$ 16.794.668,82, acrescido do IOF, a título de Comissão de Renegociação, que foi incorporado ao saldo devedor do contrato em questão na forma do Subcrédito C, que deverá ser pago em 54 parcelas após um prazo de carência de 6 meses, sendo corrigido pela Taxa Média Selic mais uma Sobretaxa Fixa e uma taxa de Juros de 2,32%.

### a) Quadro dos financiamentos e empréstimos

DESCRIÇÃO	30/09/2016					31/12/2015				
	R\$ MIL				TX. EFETIVA	R\$ MIL				TX. EFETIVA
	JUROS	PRINCIPAL		TOTAL		JUROS	PRINCIPAL		TOTAL	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE				CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE			
<b>ANGRAS 1 e 2:</b>										
ELETOBRAS	-	34.353	309.891	344.244	5,00%	-	47.472	335.512	382.984	7,00%
ELETOBRAS - PSPE*	2.445	116.614	124.735	243.794	17,04%	539	89.570	210.113	300.222	15,66%
ELETOBRAS - PLR	215	-	-	215	17,04%	-	11.560	-	11.560	15,66%
ELETOBRAS - INB	246	88.667	44.333	133.246	19,61%					
<b>ANGRA 3:</b>										
ELETOBRAS	-	-	594.250	594.250	5,50%	-	-	594.250	594.250	5,50%
ELETOBRAS	476	49.292	246.459	296.227	17,04%	-	12.323	283.427	295.750	15,66%
BNDES	10.542	-	3.394.633	3.405.175	9,22%	9.912	36.665	3.157.397	3.203.974	8,72%
BNDES	62	2.580	14.836	17.478	16,84%					
CEF	11.369	-	2.623.752	2.635.121	6,50%	9.164	-	2.030.191	2.039.355	6,50%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>25.355</b>	<b>291.506</b>	<b>7.352.889</b>	<b>7.669.750</b>		<b>19.615</b>	<b>197.590</b>	<b>6.610.890</b>	<b>6.828.095</b>	

\* É composto pelo empréstimo realizado em 2014 - R\$ 149.683 e em 2015 - R\$116.667, totalizando R\$ 266.349

### b) Quadro das mutações dos financiamentos e empréstimos

MUTAÇÕES DOS FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS	EM R\$ MIL		
	MOEDA NACIONAL		TOTAL
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	217.205	6.610.890	6.828.095
Ingressos	-	611.000	611.000
Encargos - resultado	72.192	-	72.192
Encargos - investimento	368.176	14.992	383.168
Variação Monetária - resultado	727	34.746	35.473
Transferência para o circulante	199.826	(199.826)	-
Incorporação de encargos ao principal	(281.087)	281.087	-
Pagamentos	(260.178)	-	(260.178)
Saldo em 30 de setembro de 2016	316.861	7.352.889	7.669.750

**c) Dívida total com seus vencimentos programados**

FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS POR VENCIMENTOS		
ANO	R\$ MIL	
	30/09/2016	31/12/2015
2016	77.455	217.013
2017	300.531	252.616
2018	233.719	248.753
2019	317.255	290.213
2020	330.004	301.320
2021	342.072	313.242
2022	335.936	307.479
Após 2022	5.732.776	4.897.459
<b>TOTAL</b>	<b>7.669.750</b>	<b>6.828.095</b>

**NOTA 18 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO**

A seguir, a composição das obrigações com tributos e contribuições sociais que se apresentam consignados no passivo circulante, e que compõem as obrigações correntes, na sua totalidade, a vencer e sem registro de qualquer inadimplência, e os passivos fiscais diferidos.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL		R\$ MIL	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
I.R.P.J. Parcelamento	1.167	-	4.348	-
IRRF - Folha de pagamento	10.960	18.166	-	-
ISS sobre importação e outros	2.160	3.819	-	-
ICMS - DIFAL	6.599	5.811	-	-
COSIRF	4.329	4.815	-	-
INSS	10.061	12.374	-	-
IPTU Acordo Angra	4.615	-	15.345	-
PASEP e COFINS	14.408	14.467	-	-
PASEP e COFINS - Provisão	(14.499)	(14.499)	-	-
PASEP e COFINS - Diferidos	3.347	3.347	-	-
FGTS	2.458	4.182	-	-
CIDE s/serviços no exterior	3.560	(122)	-	-
Taxas de importação	4.981	19.054	-	-
Outros	2.558	4.478	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>56.704</b>	<b>75.892</b>	<b>19.693</b>	<b>-</b>

A companhia constitui IRPJ e CSLL Diferidos sobre outros resultados abrangentes, ajustes relativos à adoção da Lei nº11.638, bem como sobre diferenças temporárias que, em setembro de 2016, geraram uma posição líquida ativa de IRPJ e CSLL Diferidos no montante total de R\$ 3.815.058 (R\$ 2.381.194 em 2015), contabilizados no Ativo Não Circulante. Todavia, em respeito ao estabelecido pelo CPC 32, foram registradas contas retificadoras, no mesmo montante, também no Ativo Não Circulante, de forma que o citado Ativo Diferido estivesse limitado ao montante do Passivo Diferido de IRPJ e CSLL.

DESCRIÇÃO	PASSIVO FISCAL DIFERIDO - R\$ MIL							
	30/09/2016				31/12/2015			
	PASSIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a vr presente descomissionamento	528.903	47.601	132.226	179.827	591.429	53.229	147.857	201.086
Provisão para participações de empregados	(37.614)	(3.385)	(9.404)	(12.789)	(60.866)	(5.478)	(15.217)	(20.694)
Corr.monetária imobilizado 1995 a 1997	163.830	14.745	40.958	55.702	172.362	15.513	43.091	58.603
Imobilizado do descomissionamento-AVP	(26.056)	(2.345)	(6.514)	(8.859)	(25.337)	(2.280)	(6.334)	(8.615)
Imobilizado do descomissionamento-Custo	(22.115)	(1.990)	(5.529)	(7.519)	(11.876)	(1.069)	(2.969)	(4.038)
Outros ajustes CPC	(314.850)	(28.337)	(78.713)	(107.049)	(233.554)	(21.020)	(58.389)	(79.408)
Baixa despesas administrativas	(196.291)	(17.666)	(49.073)	(66.739)	(204.351)	(18.392)	(51.088)	(69.479)
Impairment	(8.636.214)	(777.259)	(2.159.054)	(2.936.313)	(6.063.454)	(545.711)	(1.515.864)	(2.061.574)
Contrato Oneroso	(1.518.988)	(136.709)	(379.747)	(516.456)	-	-	-	-
Perdas Extraordinárias	(141.313)	(12.718)	(35.328)	(48.046)	-	-	-	-
Ajuste CPC - Baixa de Angra 3	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)
Transfer.de estoque para o Imobilizado	(110.779)	(9.970)	(27.695)	(37.665)	(93.902)	(8.451)	(23.476)	(31.927)
Receita financ.capitalizada no Imobilizado	(88.614)	(7.975)	(22.154)	(30.129)	(77.585)	(6.983)	(19.396)	(26.379)
Provisão para benefícios pós emprego	(11.756)	(1.058)	(2.939)	(3.997)	18.035	1.623	4.509	6.132
Provisão para devedores duvidosos	(98.176)	(8.836)	(24.544)	(33.380)	(97.097)	(8.739)	(24.274)	(33.013)
Provisão p/atualização depósitos judiciais	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingências judiciais	(182.291)	(16.406)	(45.573)	(61.979)	(169.543)	(15.259)	(42.386)	(57.645)
Provisão para desvalorização de títulos	(1.532)	(138)	(383)	(521)	(1.532)	(138)	(383)	(521)
Provisão para Plano de Incentivo - PSPE	(39.129)	(3.522)	(9.782)	(13.304)	(48.449)	(4.360)	(12.112)	(16.473)
Subtotal	(11.422.182)	(1.027.996)	(2.855.546)	(3.883.542)	(6.994.917)	(629.543)	(1.748.729)	(2.378.272)
Compensação com prejuízos fiscais de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL</b>	<b>(11.422.182)</b>	<b>(1.027.996)</b>	<b>(2.855.546)</b>	<b>(3.883.542)</b>	<b>(6.994.917)</b>	<b>(629.543)</b>	<b>(1.748.729)</b>	<b>(2.378.272)</b>
<b>(-)Ativo Diferido</b>	<b>11.422.182</b>	<b>1.027.996</b>	<b>2.855.546</b>	<b>3.883.542</b>	<b>6.994.917</b>	<b>629.543</b>	<b>1.748.729</b>	<b>2.378.272</b>
Outros resultados abrangentes	80.646	7.258	20.162	27.420	52.013	4.681	13.003	17.684
(-) Outros resultados abrangentes	(80.646)	(7.258)	(20.162)	(27.420)	(52.013)	(4.681)	(13.003)	(17.684)
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Em 15.02.2016, a Companhia recebeu a notificação de lançamento de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, no valor total de R\$ 27.462 (principal de R\$ 15.484), pela Prefeitura Municipal de Angra dos Reis - PMAR, referente à inscrição imobiliária das áreas de sua propriedade na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto CNAAA.

Os valores lançados em cobrança retroativa, para os exercícios de 2010 a 2015, referem-se a áreas adicionais de terreno, que foram acrescidas ao cadastro imobiliário em processo administrativo requerido pela própria administração da Companhia em 13.11.2015. Ocorre que o Município, ao efetuar tais alterações em seu cadastro, efetuou

também o lançamento retroativo das diferenças apuradas para os exercícios de 2010 a 2015, com a incidência de juros de mora (R\$ 8.134 ) e correção monetária (R\$3.844 ). Em 16.03.2016, a Companhia requereu, junto a PMAR, o parcelamento para os lançamentos efetuados entre os exercícios de 2011 a 2015, no valor total de R\$ 21.921 (principal de R\$ 13.326) em 60 (sessenta) parcelas mensais.

O lançamento efetuado para o exercício de 2010, no valor total de R\$ 5.541 (principal de R\$ 2.158), foi impugnado por se entender que estão presentes os pressupostos para alegações de decadência da cobrança deste lançamento.

## NOTA 19 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

OBRIGAÇÕES ESTIMADAS		
Composição	R\$ MIL	
	30/09/2016	31/12/2015
Provisão IR e CSLL sobre lucro real	16.820	-
Provisão de férias e gratificação de férias	45.925	42.549
Encargos sociais sobre provisão de férias	25.761	24.389
Provisão de 13º salário	10.326	19
Encargos sociais sobre provisão de 13º salário	8.395	-
<b>TOTAL</b>	<b>107.227</b>	<b>66.957</b>

## NOTA 20 – ENCARGOS SETORIAIS

ENCARGOS SETORIAIS		
Composição	R\$ MIL	
	30/09/2016	31/12/2015
RGR	18.383	(254)
Taxa de fiscalização da Aneel	732	635
<b>TOTAL</b>	<b>19.115</b>	<b>381</b>

## NOTA 21 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Em 30 de setembro de 2016 não ocorreram alterações na natureza e nas condições dos planos de benefícios à aposentadoria em relação ao descrito na Nota 21 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A companhia entende que não houve impacto material nos benefícios pós-emprego por conta das adesões ao plano de incentivo de desligamento mencionado na nota 22.

Os saldos dos benefícios de aposentadoria podem ser demonstrados como segue:

	30/09/2016	31/12/2015
Obrigações registradas no balanço patrimonial com		
Benefícios de planos de pensão	47.806	46.872
Benefícios de saúde pós-emprego	11.083	11.083
	58.889	57.955
(-) parcela classificada no passivo circulante	(2.806)	(2.529)
	56.083	55.426

	30/09/2016	30/06/2015
Receitas (despesas) reconhecidas na demonstração do resultado		
Benefícios de planos de pensão	(27.007)	(20.094)
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes	(1.729)	(2.145)
Ganhos (perdas) atuariais das dívidas contratadas reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes	2.742	2.718
Redução (aumento) no ativo nos outros resultados abrangentes		-
	1.013	573

Conforme descrito na Nota 21 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos, no período em que ocorrem em outros resultados abrangentes conforme orientação do CPC 33.

**a) Movimentação das obrigações de benefícios de aposentadoria**

O estudo atuarial, em consonância com o CPC 33, efetuado por atuário independente para a data base de 31 de dezembro de 2015, apresentou passivo de R\$ 57.955. O referido estudo atuarial será revisado em 31 de dezembro de 2016. A movimentação das obrigações dos benefícios de aposentadoria pode ser assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	57.955
Pagamentos	(2.992)
Valores reconhecidos no resultado	27.007
Perdas atuariais reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes	(1.013)
Saldo em 30 de setembro de 2016	80.957

**NOTA 22 – PROVISÃO PARA PLANO DE INCENTIVO DE DESLIGAMENTO**

A Companhia instituiu, em fevereiro de 2014, o Plano de Sucessão Programada dos Empregados – PSPE, conforme aprovado na 282ª reunião do Conselho de Administração da ELETRONUCLEAR, de 19/12/2012, com o início das adesões em março de 2014 e término em abril de 2014. Ocorreram 341 desligamentos até 31 de dezembro de 2014, 277 até 31 de dezembro de 2015, 1 em fevereiro de 2016, e o último em maio de 2016.

A ELETRONUCLEAR reconheceu um complemento de provisão no montante de R\$ 224 referente a um funcionário incluso no programa em janeiro de 2016; e a baixa de R\$ 9.544 referente ao plano de saúde dos funcionários incentivados e aos últimos desligamentos ocorridos em 2016. Em 30 de setembro de 2016, o saldo da provisão é R\$ 39.129 (R\$ 48.449 em dezembro de 2015).

PLANO DE INCENTIVO DE DESLIGAMENTO 2016 - R\$ MIL					
Descritivo	30/09/2016				
	31/12/2015	Provisão	Baixa	Transferência	Saldo
<u>Circulante</u>					
Incentivo	1.102	148	(1.250)	-	-
Plano Médico	10.952			8	10.960
Subtotal	12.054	148	(1.250)	8	10.960
<u>Não Circulante</u>					
Plano Médico	36.395	75	(8.293)	(8)	28.169
Subtotal	36.395	75	(8.293)	(8)	28.169
<b>TOTAL</b>	<b>48.449</b>	<b>223</b>	<b>(9.543)</b>	<b>-</b>	<b>39.129</b>

## NOTA 23 – PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia, amparada pela sua Procuradoria Jurídica, mantém o registro no passivo não circulante, de provisão para contingências judiciais, consideradas de perda provável para a Companhia, conforme quadro abaixo:

### a) Composição

CONTINGÊNCIAS	R\$ MIL			
	30/09/2016		31/12/2015	
	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais
<b>TRABALHISTAS</b>				
Data-Base dos Engenheiros	15.732	-	15.732	-
Diferenças de remunerações	50.583	8.882	37.967	8.236
Planos Bresser, Collor, etc.	4.733	2.038	4.633	2.020
Outras	4.044	1.982	2.399	1.905
Atualização	10.569	-	9.949	-
	<b>85.661</b>	<b>12.902</b>	<b>70.680</b>	<b>12.161</b>
<b>TRIBUTÁRIAS</b>				
Tributos Feder/Estaduais	217	80	217	80
INSS	14.211	32.482	14.211	32.482
Atualização	51.789	-	46.480	-
	<b>66.217</b>	<b>32.562</b>	<b>60.908</b>	<b>32.562</b>
<b>CÍVEIS</b>				
Desapropriações	-	-	-	-
Responsabilidade civil	1.657	80	1.657	80
Outros	418	71	406	71
Atualização	14.426	-	12.867	-
	<b>16.501</b>	<b>151</b>	<b>14.930</b>	<b>151</b>
<b>AMBIENTAL</b>				
Contecioso ambiental	20.793	-	25.293	-
Atualização	2.598	-	7.893	-
	<b>23.391</b>	<b>-</b>	<b>33.186</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>191.770</b>	<b>45.615</b>	<b>179.704</b>	<b>44.874</b>

Os depósitos judiciais apresentados no quadro acima são apenas aqueles vinculados às contingências de perda provável. Os demais depósitos judiciais da Companhia estão divulgados na Nota 12.

A ação trabalhista Data-Base dos Engenheiros, no valor de R\$ 15.732, refere-se à reclamação trabalhista movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro contra FURNAS Centrais Elétricas S.A., ajuizada antes da data da cisão daquela empresa, que contempla empregados transferidos por sucessão trabalhista para a ELETRONUCLEAR. Tal contingência é integralmente de responsabilidade de FURNAS, conforme previsto no item 5, do Termo Aditivo ao Protocolo ajustado com FURNAS, em

23 de maio de 1997, estando, portanto, correspondida a um direito de igual valor registrado na conta "Outros" no ativo não circulante.

Em abril de 2014, foram inseridas provisões prováveis de multas ambientais relacionadas a processos administrativos em curso no IBAMA, decorrentes de autos de infração pela captura incidental de quelônios em Angra 2, que montavam o valor de R\$ 21.687, porém, de acordo com a COI PJP/JD-183 27/07/2016, após uma notificação administrativa, houve uma solicitação de retificação do valor provisionado do processo 02022.001500/2013-39 para R\$ 12.900. As provisões atualizadas somam R\$ 14.483. Foi criada uma coluna chamada revisão para evidenciar essa movimentação na Nota 23b.

Os processos judiciais, avaliados como de perda possível, movidos contra a Companhia, e, portanto, não provisionados, montam R\$ 3.488.085 atualizados em 30 de setembro de 2016 (R\$ 138.653 em 31 de dezembro de 2015), sendo R\$ 231.865 de processos de natureza trabalhista (R\$ 16.543 em 31 de dezembro de 2015), R\$ 133.389 de ações tributárias (R\$ 121.384 em 31 de dezembro de 2015), R\$ 3.122.831 de ações cíveis (R\$ 726 em 31 de dezembro de 2015).

Dentre essas ações de causas possíveis, destaca-se:

- A ação de execução fiscal movida pelo Estado do Rio de Janeiro em 2009, cujo objeto é crédito de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, supostamente incidente sobre importação de mercadorias, cujo processo de número 0003767-29.2009.8.19.0001 e garantia, montam R\$ 86.396, atualizados em R\$ 108.097.
- Ação ordinária (processo nº 0488193-93.2015.8.19.0001) proposta pelo Consórcio Angramon (Andrade Gutierrez Engenharia SA, Andrade Corrêa SA, Construtora Norberto Odebrecht SA, UTC Engenharia SA, Techint Engenharia e Construção SA, Empresa Brasileira de Engenharia SA e Construtora Queiroz Galvão SA) com o objetivo de rescindir o contrato de montagem eletromecânica com fundamento na ausência de pagamento, pela ELETRONUCLEAR, por mais de 90 dias, bem como a não aplicação, também pela ELETRONUCLEAR, de penalidades ou de execução da garantia contratual.
- A Empresa contratou a LOBO & IBEAS Advogados para representá-la no processo, tendo a contratada apresentado sua posição preliminar de que as chances de êxito por parte da ANGRAMON são possíveis. Acrescenta a contratada que essa opinião de probabilidade de perda na referida demanda, resulta de juízo preliminar, podendo servir tão somente a atender aos elementos de avaliação para fins de demonstrações financeiras e de auditoria.
- A ELETRONUCLEAR contestou a ação por seus advogados e o Consórcio Angramon apresentou réplica. A antecipação dos efeitos da tutela não foi deferida pela julgadora. Na mesma decisão, foi determinada a intimação da União Federal para manifestar eventual interesse na lide, o que foi efetivado na data de 22/03/2016.

Na hipótese de a ação ser julgada favoravelmente aos autores, à ELETRONUCLEAR serão impostos ônus de sucumbência, no que se incluem as custas judiciais e demais despesas incorridas e honorários advocatícios, estes que poderão variar, a critério do juiz da causa, de 10% a 20% sobre o valor da causa.

Os processos de contingência ativa com expectativa de ganho provável para retorno de caixa à ELETRONUCLEAR referentes a processos tributários federais e outros de natureza cível, e não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentam o montante de R\$ 225.

## **b) Movimentação**

MOVIMENTAÇÃO DAS CONTIGÊNCIAS JUDICIAIS - R\$ MIL						
Composição	SALDO EM 31/12/2015	ATUALIZAÇÃO EM 30/09/2016	MOVIMENTAÇÃO			SALDO EM 30/09/2016
			REVISÃO	BAIXAS	INCLUSÕES	
Trabalhistas	70.680	620		(60)	14.421	85.661
Tributárias	60.908	5.309		-	-	66.217
Cíveis	14.930	1.558		(25)	38	16.501
Ambiental	33.186	(5.295)	(4.500)	-	-	23.391
<b>TOTAL</b>	<b>179.704</b>	<b>2.192</b>	<b>(4.500)</b>	<b>(85)</b>	<b>14.459</b>	<b>191.770</b>

## **NOTA 24 – CONTRATO ONEROSO**

A ELETRONUCLEAR apurou um Valor Presente Líquido (VPL) negativo em 30 de junho de 2016 no valor de R\$ 10.155.202 para o empreendimento de Angra 3, determinando o registro de uma provisão passiva adicional por contrato oneroso no valor de R\$ 1.518.988. Em setembro de 2016 o montante de R\$ 141.313 foi reclassificado por conta do resultado da investigação para conta de resultado Achados da Investigação conforme nota 29.

A Companhia continua monitorando as estimativas e os riscos associados na determinação do valor recuperável desse empreendimento e, na medida que novas negociações, novos estudos ou novas informações se concretizem e requeiram modificações no plano de negócio dos empreendimentos, as mesmas serão atualizadas para refletir tais alterações.

## **NOTA 25 – OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS**

### **a) Descomissionamento**

O descomissionamento pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

#### **a.1) Constituição do Passivo para descomissionamento**

O descomissionamento de usinas nucleares refere-se à obrigação para desmobilização dos ativos dessas usinas para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas, considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

No exercício de 2013, foi realizado um estudo para atualização da estimativa de custos necessária para execução das atividades de descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2. O estudo concluiu por aumentar a mencionada estimativa para R\$ 2.089.513, sendo R\$ 938.175 para a Usina Angra 1 e R\$ 1.151.338 para a Usina Angra 2. O valor presente, correspondente, registrado no passivo é de R\$ 727.277. Tal estudo foi aprovado pela Diretoria Executiva, conforme RDE 1160.006/13 de 19.12.2013 e prevê atualização há cada cinco anos.

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos de descomissionamento, referentes à desmontagem e remoção do item e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas, deve ser contabilizada como custo do empreendimento.

#### **b) Constituição do Passivo para Rejeitos de Baixa e Média Atividade e Combustível Nuclear Usado**

A Diretoria executiva da Companhia aprovou, através da resolução RDE nº 1247.003/15 de 12/08/2015, o Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela GCE 037/10 de 01/06/2010, estendido para 2015, com a revisão das estimativas de Custos de Gerenciamento de Rejeitos Radioativos Operacionais e dos Elementos de Combustível Nuclear Usados ao Final da vida útil das Usinas Angra 1 e Angra 2, para a data base julho 2015. Essa atualização atende ao estabelecido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear na Resolução CNEN nº 187 de 15/05/2015.

As estimativas de custos para gerenciamento, em longo prazo, dos rejeitos operacionais de baixo e médio nível de atividade e dos elementos combustíveis usados foram as seguintes:

**b.1)** Para transporte e disposição final dos rejeitos operacionais de baixa e média atividade, relativos ao volume acumulado até 2020, quando se considera que será iniciada sua transferência para o Repositório Nacional de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Nível de Atividade (RBMN), a ser implantado pela CNEN, responsável legal pela guarda final desses rejeitos, será despendido o montante de R\$ 55,268 milhões (base jul/2015).

**b.2)** Para armazenagem inicial dos elementos combustíveis, usados até o final da década de 2070, quando se estima ocorrer o término da vida útil de Angra 3 e, portanto, da própria CNAAA, a estimativa está representada pelo valor de R\$ 610,127 milhões (base jul/2015), montante projetado à época da realização dos estudos do GT, para a implantação de Instalação para Armazenamento dos Combustíveis Irrradiados e respectivo sistema de movimentação dos elementos combustíveis das usinas para essa instalação.

Para armazenagem inicial dos elementos combustíveis, usados até o final da década de 2070, quando se estima ocorrer o término da vida útil de Angra 3 e, portanto, da própria CNAAA, a estimativa está representada pelo valor de R\$ 610,127 milhões (base jul/2015), montante que será despendido para implantação da Instalação para Armazenamento dos Combustíveis Irrradiados (UFC) e respectivo sistema de movimentação dos elementos combustíveis das usinas para essa instalação, cujo projeto encontra-se em andamento e cujo comissionamento deverá ocorrer até 2020.

Nos termos do Pronunciamento Técnico 27 e ICPC 12, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a ELETRONUCLEAR contabilizou no Ativo Imobilizado, em contrapartida ao Passivo Não Circulante, os valores das estimativas aprovadas.

O custo total estimado é descontado a valor presente, com base em taxa que represente o custo de capital da Companhia e registrado no Imobilizado, em contrapartida a obrigação para desmobilização de ativos.

O saldo do passivo para descomissionamento a valor presente, incluído os rejeitos de baixa e média atividade e combustível nuclear usado em 30 de setembro 2016 é de R\$ 1.263.712 (R\$ 1.201.186 em 31 de dezembro de 2015).

### **c) Ajuste a valor presente do Descomissionamento, Rejeitos de Baixa e Média Atividade e Combustível Nuclear Usado**

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento é considerado o custo total estimado para o descomissionamento, descontado a uma taxa que represente o custo de capital da Companhia, desde o final da vida útil econômica de cada usina até a data do balanço.

O mesmo procedimento é efetuado para os rejeitos de baixa e média atividade e combustível nuclear usado, mas o período para o ajuste a valor presente é o início do comissionamento até a data do balanço.

A taxa de desconto atual aprovada para o sistema Eletrobras é de 7,00% ao ano.

O valor do ajuste a valor presente do descomissionamento, rejeitos de baixa e média atividade e combustível nuclear usado reconhecido no resultado em setembro de 2016 é de R\$ 62.526 (R\$ 81.875 em dezembro de 2015).

**d) O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo total de desmobilização de ativos:**

DESCOMISSONAMENTO - R\$ MIL				
	30/09/2016			31/12/2015
USINA	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	938.175	(401.307)	536.868	510.305
ANGRA 2	1.151.338	(923.072)	228.266	216.972
<b>TOTAL</b>	<b>2.089.513</b>	<b>(1.324.379)</b>	<b>765.134</b>	<b>727.277</b>
REJEITOS DE BAIXA E MÉDIA ATIVIDADE E COMBUSTÍVEL NUCLEAR USADO - R\$ MIL				
	30/09/2016			31/12/2015
USINA	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	248.137	(62.009)	186.128	176.919
ANGRA 2	416.545	(104.095)	312.450	296.990
<b>TOTAL</b>	<b>664.682</b>	<b>(166.104)</b>	<b>498.578</b>	<b>473.909</b>
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS - R\$ MIL				
	30/09/2016			31/12/2015
USINA	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	1.186.312	(463.316)	722.996	687.224
ANGRA 2	1.567.883	(1.027.167)	540.716	513.962
<b>TOTAL</b>	<b>2.754.195</b>	<b>(1.490.483)</b>	<b>1.263.712</b>	<b>1.201.186</b>

## NOTA 26 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Composição acionária

ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES				CAPITAL SOCIAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	%	VALOR - R\$ mil
Centrais Eléct. Brasil. S.A - ELETROBRAS	20.394.839.086	5.703.210.901	26.098.049.987	99,91	6.601.248
Depto de Águas E.Elétrica Est.SP - DAEE	5.960.026	7.405.548	13.365.574	0,05	3.477
LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A	-	5.058.993	5.058.993	0,02	1.316
Outros	1.176.930	3.504.063	4.680.993	0,02	1.217
<b>TOTAL</b>	<b>20.401.976.042</b>	<b>5.719.179.505</b>	<b>26.121.155.547</b>	<b>100,00</b>	<b>6.607.258</b>

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal, sendo as ordinárias com direito a voto.

As ações preferenciais não se podem converter em ações ordinárias e terão as seguintes preferências ou vantagens, de acordo com o Estatuto da Companhia:

- Prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;
- Dividendo prioritário, mínimo cumulativo de 10% ao ano, e participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos lucros que remanescerem depois de pago um dividendo de 12% ao ano às ações ordinárias;
- Direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias sobre a alteração do Estatuto.

Também, de acordo com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual, calculado na base de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.

## NOTA 27 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$ MIL			
	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 9 meses findos em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Suprimento de energia elétrica	726.414	553.489	2.177.265	1.657.317
Outros Serviços	-	223	-	223
Impostos sobre vendas	-	-	-	-
PASEP	(11.986)	(9.133)	(35.925)	(27.346)
COFINS	(55.207)	(42.065)	(165.472)	(125.956)
ISS	-	-	-	-
Outros	(389)	(403)	(1.186)	(1.221)
	658.832	502.111	(202.583)	(154.523)
Reserva global de reversão - RGR	(19.598)	(16.341)	(58.734)	(45.644)
<b>TOTAL</b>	<b>639.234</b>	<b>485.770</b>	<b>1.915.948</b>	<b>1.457.373</b>

### - Suprimento de energia elétrica

O suprimento de energia elétrica das usinas nucleares Angra 1 e 2 de 10.337.317 MWh\* (10.366.644 MWh \* em 2015), corresponde a uma receita até o terceiro trimestre de 2016 de R\$ 2.177.265 (R\$ 1.657.317 em 2015).

#### a) Modalidade de comercialização

Com a regulamentação da ANEEL para o dispositivo do art.11, da Lei 12.111/2009, mediante as edições em 21 de dezembro de 2012, da Resolução Normativa nº 530, da Resolução Homologatória nº 1.405 e da Resolução Homologatória nº 1.407, a partir de 01 de janeiro de 2013, a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e 2 passa a ser rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN.

#### b) Apuração do PASEP e do COFINS

A apuração do PASEP e COFINS é feita com base no método não cumulativo utilizando a alíquota de 9,25%.

\*Informação não auditada por auditoria independente

**NOTA 28 – CUSTO OPERACIONAL**

CUSTO OPERACIONAL				
DESCRITIVO	R\$ MIL			
	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 9 meses findos em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Encargos de uso da rede de transmissão	25.343	22.043	69.074	60.189
Pessoal	116.941	135.566	303.913	324.193
Pessoal - PSPE	-	23.520	108	23.379
Pessoal - PSPE - PMA	3.141	1.967	5.411	3.842
Material	12.509	10.633	24.360	32.854
Serviços de terceiros	75.621	56.795	121.755	148.853
Depreciação e amortização	97.430	83.281	290.547	261.427
Combustível para produção de energia elétrica	82.747	71.124	275.782	232.239
Aluguel	2.859	2.375	6.908	6.703
Provisão para plano de incentivo de desligamento ( a )	(2.000)	5.970	(6.804)	4.095
Outros	5.604	4.408	19.213	16.093
<b>TOTAL</b>	<b>420.195</b>	<b>417.682</b>	<b>1.110.267</b>	<b>1.113.867</b>

a) **Provisão para plano de incentivo de desligamento** – conforme descrito na Nota 22.

**NOTA 29 – DESPESAS OPERACIONAIS**

DESPESAS OPERACIONAIS				
DESCRITIVO	R\$ MIL			
	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 9 meses findos em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Pessoal	28.889	31.640	80.010	83.281
Pessoal - PSPE	-	8.699	40	8.647
Pessoal - PSPE - PMA	1.161	821	2.001	1.515
Material	938	1.190	2.673	4.497
Serviços de terceiros	31.551	26.007	93.156	78.179
Depreciação e amortização	2.062	2.693	6.467	7.817
Aluguel	5.616	6.102	15.877	14.993
Provisões para contingência e benefício pós-emprego	2.512	16.907	38.736	47.147
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	1.197	(4)	2.266	43
Provisão para plano de incentivo de desligamento ( a )	(739)	2.210	(2.516)	1.516
Achados da investigação ( b )	141.313	-	141.313	-
Impairment de Angra 3 ( c )	158.281	3.385.556	2.572.760	3.385.556
Contrato Oneroso de Angra 3 ( d )	(299.594)	-	1.377.675	-
Outras provisões	289	549	1.019	1.850
Outras	10.071	26.789	47.890	35.836
<b>TOTAL</b>	<b>83.547</b>	<b>3.509.159</b>	<b>4.379.367</b>	<b>3.670.877</b>

- a) **Provisão para plano de incentivo de desligamento** – conforme descrito na Nota 22.
- b) **Achados da investigação** – baixa do custo de imobilizado conforme mencionado na Nota 3.1.1, sendo sua contrapartida o item c.
- c) **Impairment de Angra 3** – conforme descrito na Nota 14.
- d) **Contrato Oneroso de Angra 3** – conforme descrito na Nota 24.

### NOTA 30 – RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO	R\$ MIL			
	Períodos de 3 meses findo em		Períodos de 9 meses findo em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>				
Rendimento sobre títulos e valores mobiliários de curto prazo	1.036	1.424	1.919	2.081
Variações monetárias e cambiais sobre dívidas com fornecedores e outros	16.313	2.393	36.651	5.489
Ganho sobre tit.e val. mobiliários de LP para descomissionamento - (Nota 11)	-	99.707	-	160.312
Outras receitas financeiras	6.054	1.306	9.332	3.327
	<b>23.403</b>	<b>104.830</b>	<b>47.902</b>	<b>171.209</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>				
Encargos sobre financiamentos - Eletrobras	(27.401)	(13.407)	(72.192)	(39.018)
Variações monetárias e cambiais sobre dívidas com fornecedores e outros	(43.686)	(35.651)	(135.479)	(92.041)
Perda sobre tit. e val. mobiliários de LP para descomissionamento - (Nota11)	12.288	-	(57.215)	-
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos	(21.196)	(18.741)	(62.526)	(61.999)
Despesa com juros - diferença de tarifa	(2.890)	(2.214)	(8.401)	(7.339)
Variação monetária e cambial sobre dívidas com FURNAS	(2.583)	(3.613)	(11.802)	(12.372)
Outras despesas financeiras	(483)	(4.972)	(7.110)	(7.953)
	<b>(85.951)</b>	<b>(78.598)</b>	<b>(354.725)</b>	<b>(220.722)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>(62.548)</b>	<b>26.232</b>	<b>(306.823)</b>	<b>(49.513)</b>

## NOTA 31 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

A apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado dos períodos findos em 2016 e 2015 segue demonstrada:

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES  NO RESULTADO	R\$ MIL							
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	Períodos de 3 meses findos em				Períodos de 9 meses findos em			
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
(Prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	72.944	(3.414.840)	72.944	(3.414.840)	(3.880.509)	(3.376.884)	(3.880.509)	(3.376.884)
Adições								
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização	21.196	18.741	21.196	18.741	62.526	61.999	62.526	61.999
Provisões diversas	289	1.049	289	1.049	1.019	1.849	1.019	1.849
Provisão Impairment Angra 3	158.281	3.385.556	158.281	3.385.556	2.572.760	3.385.556	2.572.760	3.385.556
Provisão Contrato Oneroso	(299.594)	-	(299.594)	-	1.377.675	-	1.377.675	-
Achados da Investigação	141.313	-	141.313	-	141.313	-	141.313	-
Dotação à Fundação de Assist.Médica - permanente	10.935	7.673	10.935	7.673	30.456	33.007	30.456	33.007
Provisão atuarial benefício pós-emprego	9.002	10.047	9.002	10.047	27.007	30.142	27.007	30.142
Provisão para Devedores Duvidosos	1.208	21	1.208	21	2.327	100	2.327	100
Receita financeira Angra 3 transferida p/o imobilizado	1.467	10.852	1.467	10.852	11.029	12.452	11.029	12.452
Provisão para contingências	(6.490)	6.421	(6.490)	6.421	11.814	18.398	11.814	18.398
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	39.385	24.821	39.385	24.821	116.226	85.938	116.226	85.938
Provisão plano incentivo - PSPE	-	43.563	-	43.563	222	43.563	222	43.563
Provisão para PLR dos empregados	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	316	127	149	54	497	388	157	247
	77.308	3.508.871	77.141	3.508.798	4.354.871	3.673.392	4.354.531	3.673.251
Exclusões								
Provisão atuarial - resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes nas depreciações pelos CPCs		2.687		2.687		8.060		8.060
Reversão de provisão para devedores duvidosos	13	25	13	25	62	57	62	57
Reversão de provisão PSPE	2.739	9.006	2.739	9.006	9.543	37.952	9.543	37.952
Reversão de provisão para contingências	-	62	-	62	84	1.393	84	1.393
Reversão de provisão para PLR	15.116	12.978	15.116	12.978	23.252	12.978	23.252	12.978
Reversão outras provisões	2.687		2.687		8.060		8.060	
	20.555	24.758	20.555	24.758	41.001	60.440	41.001	60.440
Lucro real / Base positiva da contribuição social antes das compensações	129.697	69.273	129.530	69.200	433.361	236.068	433.021	235.927
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores	38.909	20.782	38.859	20.760	130.008	70.820	129.906	70.778
Lucro real / Base positiva da contribuição social após compensações	90.788	48.491	90.671	48.440	303.353	165.248	303.115	165.149
Alíquotas dos tributos	15% + 10	15% + 10	9%	9%	15% + 10	15% + 10	9%	9%
Ajuste de exercícios anteriores		(13.800)	-	(5.062)				4.482
Imposto de renda e contribuição social - efeito líquido no resultado do período	22.691	(1.683)	8.160	(702)	75.820	41.294	27.280	14.864

## NOTA 32 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ENCARGOS FINANCEIROS E SUAS TRANSFERÊNCIAS

APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ENCARGOS FINANCEIROS E SUAS TRANSFERÊNCIAS				
DESCRIÇÃO	GERAÇÃO			
	R\$ MIL			
	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 9 meses findos em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Rendimento das aplicações financeiras contabilizados no resultado	2.503	12.276	12.948	14.533
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(1.467)	(10.852)	(11.029)	(12.452)
Efeito na receita financeira	1.036	1.424	1.919	2.081
Encargos financeiros contabilizados no resultado	171.532	118.725	455.360	319.036
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(144.131)	(105.318)	(383.168)	(280.018)
Efeito na despesa financeira	27.401	13.407	72.192	39.018
Efeito líquido no resultado	(26.365)	(11.983)	(70.273)	(36.937)

## NOTA 33 - SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 – Divulgação sobre Partes relacionadas, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas são realizadas de acordo com os padrões e preços do mercado ou baseados em contratos próprios do Setor Elétrico.

Segue abaixo, quadro do saldo e transações com as empresas consideradas partes relacionadas:

SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - R\$ MIL													
SALDOS	30 DE SETEMBRO DE 2016											31/12/2015	
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	Eletoacre	Celg	Ame	Ceal	Cepisa	Ceron		TOTAL
<b>Ativo</b>													
Concessionárias - Distribuidoras	-	-	-	-	-	1.165	7.501	3.981	2.103	1.846	1.912	18.508	11.924
Fundo descomissionamento	477.266	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	477.266	492.938
Outras contas a receber	33.635	5.209	54	-	23	-	-	-	-	-	-	38.921	39.261
<b>Passivo</b>													
Fornecedores	-	(1.025)	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.030)	(1.027)
Fornecedores - Provisão	-	(701)	(589)	(569)	(572)	-	-	-	-	-	-	(2.431)	(2.282)
Devolução tarifa RH 1406/12	-	(200.797)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(200.797)	(180.594)
Financiamentos captados	(1.608.594)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.608.594)	(1.584.227)
Saldo Líquido	(1.097.693)	(197.314)	(540)	(569)	(549)	1.165	7.501	3.981	2.103	1.846	1.912	(1.278.157)	(1.224.007)
<b>TRANSAÇÕES</b>	30 DE SETEMBRO DE 2016											30/09/2015	
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	Eletoacre	Celg	Ame	Ceal	Cepisa	Ceron	TOTAL	TOTAL
<b>Receita</b>													
Venda de energia	-	-	-	-	-	5.139	67.513	35.831	18.923	16.610	17.204	161.220	107.315
Remuneração do fundo financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	160.312
<b>Despesa</b>													
Variação monetária - Devolução tarifa RH 1406/12	-	(11.802)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.802)	(12.372)
Despesa com Juros - Devolução tarifa RH 1406/12	-	(8.401)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.401)	(7.339)
Encargos uso da rede elétrica	-	(6.452)	(4.949)	(4.880)	(4.452)	-	-	-	-	-	-	(20.733)	(18.579)
Encargos financeiros	(72.192)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(72.192)	(39.018)
Cessão de funcionários	(521)	(251)	-	-	(681)	-	-	-	-	-	-	(1.453)	(783)
Auditoria externa	(694)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(694)	(436)
Remuneração do fundo financeiro	(57.215)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(57.215)	-
Saldo Líquido	(130.622)	(26.906)	(4.949)	(4.880)	(5.133)	5.139	67.513	35.831	18.923	16.610	17.204	(11.270)	189.100

Principais transações:

- **Concessionárias e Permissionárias:** corresponde a valores a receber referente faturamento vinculado à Receita Anual Permitida. A tarifa praticada nessas transações entre partes relacionadas é definida em resoluções da ANEEL. ( Nota 6).
- **Fundo de descomissionamento:** o fundo de descomissionamento de usinas nucleares se refere à obrigação para desmobilização dos ativos das usinas nucleares, para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas (Notas 11 e 25).
- **Fornecedores:** refere-se a valores a pagar vinculado, principalmente a Uso de Rede de Transmissão.
- **Devolução de Tarifa RH 1.406/12:** diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa faturada pela ELETRONUCLEAR e a tarifa de referência a ser repassado para Furnas. (Parágrafo 4º do art. 12 da Lei 12.111/2009 e no art. 2º da Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.406 de 21/12/2012).
- **Financiamentos captados:** a empresa possui contratos de financiamentos e empréstimos firmados com a Eletrobras. O detalhamento das operações e taxas de juros são apresentadas na Nota 17.
- **Cessão de funcionários:** despesas/custos dos empregados cedidos da Companhia para partes relacionadas.
- **Auditoria externa:** valor decorrente de serviço de auditoria externa reembolsado à Eletrobras

Como patrocinadora da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes, a ELETRONUCLEAR apresenta os saldos e movimentação de valores que envolvem essas entidades na Nota 21.

## NOTA 34 - TAXAS REGULAMENTARES

A Companhia incorreu, durante o período, nos seguintes encargos do setor elétrico, apropriados ao resultado:

TAXAS REGULAMENTARES	R\$ MIL			
	Períodos de 3 meses findos		Períodos de 9 meses findos	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Reserva Global de Reversão - RGR classificada como retificadora da receita operacional	19.598	16.341	58.734	45.644
Contribuição ao Operador Nacional do Sistema - ONS classificada como retificadora da receita operacional	24	23	68	65
Contribuição a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE classificada como retificadora da receita operacional	365	380	1.118	1.156
Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE classificada como despesa operacional - outras	2.195	1.906	6.584	5.718
<b>TOTAL</b>	<b>22.182</b>	<b>18.650</b>	<b>66.504</b>	<b>52.583</b>

## NOTA 35 – SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil inerente a suas atividades.

Os valores segurados referem-se ao total das apólices vigentes para reembolso em caso de sinistro, representados pela quantidade de moeda de origem convertida para reais, pela respectiva cotação na data das demonstrações financeiras.

Como prêmio, estão apresentados os valores pagos e a pagar das apólices na moeda de origem, atualizados para equivalente em reais pela respectiva cotação na data das demonstrações financeiras.

O montante global segurado, em 30 de setembro de 2016, é de R\$ 10.351.191 e está assim distribuído:

SEGUROS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016			
SEGUROS - R A M O S	MOEDA - R\$ MIL		
	VIGÊNCIA	VALOR SEGURADO	PRÊMIO EQUIVALENTE
Riscos nucleares	30/10/2016	4.176.886	16.247
- Danos materiais		3.246.200	12.027
- Responsabilidade civil		930.686	4.220
Riscos de Engenharia	26/08/2017	6.116.749	12.450
- Construção		2.415.840	4.919
- Responsabilidade civil		30.000	311
- Armazenamento de equipamentos		3.670.909	7.220
Diversos	Diversas	57.556	521
TOTAL		10.351.191	29.218

### NOTA 36 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de setembro de 2016, foram de R\$ 49.305,50 e R\$ 3.144,33 (R\$ 46.013,65 e R\$ 3.014,61 em setembro de 2015), respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela ELETRONUCLEAR. O maior honorário atribuído a dirigentes, tomando-se por base o mês de setembro de 2016, corresponde a R\$ 39.692,13 (R\$ 38.692,13 em setembro de 2015).

Nos períodos findos em 2016 e de 2015, a Companhia realizou gastos com remuneração, encargos sociais e benefícios da alta administração, conforme apresentado a seguir:

NATUREZA	R\$ MIL*			
	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 9 meses findos em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Remuneração dos Diretores e Conselheiros **	967	1.497	2.527	2.156
Encargos Sociais	266	412	699	593
Benefícios	45	63	132	89
TOTAL	1.278	1.972	3.358	2.838

\* Informação não revisada por auditoria independente

\*\* Inclui o chefe da Auditoria Interna, vinculado ao Conselho de Administração

## **NOTA 37 – COMPROMISSOS**

Além das obrigações registradas no presente balanço, a Companhia possuiu outros compromissos contratados até a data do balanço, mas ainda não incorridos, e cujas realizações ocorrerão nos próximos exercícios, portanto sem registros patrimoniais em 30 de setembro de 2016. Trata-se de contratos e termos de compromissos referentes: à venda de energia elétrica; à aquisição de matéria-prima - combustível nuclear - para produção de energia elétrica; aos compromissos socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3 e aquisição de bens e serviços para substituições em seu ativo imobilizado, a saber:

### **37.1 – Venda de energia elétrica**

Com a regulamentação da ANEEL para o dispositivo do art.11, da Lei 12.111/2009 e mediante a edição da Resolução Normativa nº 530, em 21 de dezembro de 2012, toda a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e 2 será rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com as cotas-partes estabelecidas pela ANEEL para o período de 2013 a 2021, conforme Resoluções Homologatórias 1.407/2012, 1.663/2013, 1.830/2014 e 2.011/2015.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 2.006/2015, estabeleceu a receita fixa de R\$ 2.862.070 para o ano de 2016, relativa à geração de energia das centrais geradoras Angra 1 e 2.

Conforme está previsto nos procedimentos estabelecidos pela ANEEL, as atualizações da receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 ocorrerão nas seguintes condições:

- Reajustes tarifários anuais, representados pela atualização inflacionária dos valores do período.
- Revisões tarifárias ocorrerão a cada intervalo de três anos.
- Revisões extraordinárias poderão ser realizadas por solicitação da ELETRONUCLEAR ou por iniciativa da ANEEL, para cobertura de custos excepcionais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos empreendimentos.

CONCESSIONÁRIA	R\$ MIL			
	2016*	2017	2018 / 2019	2020
AES-SUL - Aes Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.	24.628	73.885	147.769	73.885
AME - Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	16.416	49.249	98.498,00	49.249
AMPLA - Ampla Energia e Serviços S.A.	27.181	81.544	163.087,00	81.544
BANDEIRANTE - Bandeirante Energia S.A.	28.326	84.978	169.955,00	84.978
BOA VISTA - Boa Vista Energia S.A.	-	-	-	-
CAIUÁ-D - Caiuá Distribuição de Energia S.A.	3.146	9.438	18.876,00	9.438
CEA - Companhia de Eletricidade do Amapá	2.624	7.873	15.745,00	7.873
CEAL - Companhia Energética de Alagoas	8.670	26.009	52.018,00	26.009
CEB-DIS - Ceb Distribuição S.A.	16.859	50.578	101.156,00	50.578
CEEE-D - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	23.658	70.973	141.945,00	70.973
CELESC-DIS - Celesc Distribuição S.A.	48.809	146.426	292.851,00	146.426
CELG-D - Celg Distribuição S.A.	30.932	92.796	185.591,00	92.796
CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A.	19.424	58.272	116.544,00	58.272
CELPE - Companhia Energética de Pernambuco	30.650	91.950	183.899,00	91.950
CELTINS - Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins	4.690	14.070	28.139,00	14.070
CEMAR - Companhia Energética do Maranhão	14.134	42.403	84.806,00	42.403
CEMAT - Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.	16.609	49.826	99.651,00	49.826
CEMIG-D - Cemig Distribuição S.A.	74.533	223.600	447.199,00	223.600
CEPISA - Companhia Energética do Piauí	7.610	22.831	45.662,00	22.831
CERON - Centrais Elétricas de Rondônia S.A.	7.882	23.646	47.292,00	23.646
CNEE - Companhia Nacional de Energia Elétrica	1.598	4.794	9.588,00	4.794
COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	45.339	136.016	272.031	136.016
COELCE - Companhia Energética do Ceará	26.020	78.060	156.120	78.060
COPEL-DIS - Copel Distribuição S.A.	70.884	212.652	425.303	212.652
COSERN - Companhia Energética do Rio Grande do Norte	12.520	37.561	75.122	37.561
CPFL JAGUARI - Companhia Jaguari de Energia	1.319	3.957	7.913	3.957
CPFL LESTE PAULISTA - Companhia Leste Paulista de Energia	811	2.432	4.864	2.432
CPFL MOCOCA - Companhia Luz e Força de Mococa	625	1.874	3.747	1.874
CPFL PIRATININGA - Companhia Piratininga de Força e Luz	27.529	82.586	165.172	82.586
CPFL SANTA CRUZ - Companhia Luz e Força Santa Cruz	2.663	7.990	15.980	7.990
CPFL SUL PAULISTA - Companhia Sul Paulista de Energia	1.101	3.303	6.606	3.303
CPFL PAULISTA - Companhia Paulista de Força e Luz	62.798	188.394	376.787	188.394
DMED - DME Distribuição S.A.	1.193	3.579	7.157	3.579
EBO - Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S.A.	1.917	5.751	11.502	5.751
EDEVP - Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.	2.453	7.360	14.720	7.360
EEB - Empresa Elétrica Bragantina S.A.	2.037	6.112	12.223	6.112
ELEKTRO - Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	36.543	109.630	219.260	109.630
ELETROACRE - Companhia de Eletricidade do Acre	2.355	7.064	14.127	7.064
ELETROPAULO - Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	113.000	339.000	678.000	339.000
EMG - Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.	3.306	9.917	19.834	9.917
ENERSUL - Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.	11.402	34.206	68.412,00	34.206
EPB - Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia	10.260	30.781	61.561	30.781
ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	18.485	55.456	110.911	55.456
ESE - Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.	7.623	22.870	45.739	22.870
IENERGIA - Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.	657	1.971	3.941	1.971
LIGHT - Light Serviços de Eletricidade S.A.	60.105	180.314	360.628	180.314
RGE - Rio Grande Energia S.A.	22.702	68.105	136.209	68.105
<b>TOTAL</b>	<b>954.023</b>	<b>2.862.070</b>	<b>5.724.140</b>	<b>2.862.070</b>

\* Compromisso de venda de energia para o período de setembro a dezembro de 2016.

Período de 2016 a 2020 atualizado de acordo com REH 2.006/2015.

### 37.2 – Combustível nuclear

Contratos assinados com a INB - Indústrias Nucleares Brasileiras, para aquisição de matéria-prima para produção de energia elétrica e combustível nuclear para as próximas recargas das usinas Angra 1 e Angra 2, bem como a carga inicial e futuras recargas de Angra 3, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2016	47.968
2017	1.113.045
2018	-
2019	-
2020	1.000.000
2021	600.000
Após 2022	8.692.866
<b>TOTAL</b>	<b>11.453.879</b>

### 37.3 – Compromissos socioambientais

Termos de compromissos assumidos com os Municípios, nos quais a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais, vinculados ao empreendimento Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMPROMISSOS SOCIOAMBIENTAIS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2016	29.939
2017	-
2018	-
2019	1.136.165
2020	428.893
2021	779.449
2022	348.957
<b>TOTAL</b>	<b>2.723.403</b>

### 37.4 – Aquisições de bens e serviços

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de bens e serviços das usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3, necessários à garantia de performance operacional desses ativos, conforme quadro demonstrativo a seguir:

BENS E SERVIÇOS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2016	2.358.528
2017	3.799.704
2018	1.160.094
2019	45.712
Após 2020	-
<b>TOTAL</b>	<b>7.364.038</b>

## **38 – EVENTOS SUBSEQUENTES**

### **Contingência Trabalhista**

A Diretoria Executiva da Eletrobras Termonuclear S/A – ELETRONUCLEAR, em 18/10/2016, aprovou o parcelamento da execução do processo nº.: 0000710-20.2010.5.01.0033 no valor total de R\$ 6.764 atualizados na data base de 30/09/2016, do qual figura como reclamante o Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro/RJ, este representando 232 autores (empregados e ex empregados) da ELETRONUCLEAR, na forma deferida pela conclusão do Excelentíssimo Dr. Juiz do Trabalho da 33ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ, datada de 03/10/2016, e, na qual permite a ELETRONUCLEAR, na forma do art.: 916 do CPC, efetuar o depósito de 30% do valor da execução, no prazo de 15 dias, e o restante do valor a serem pagos em 6 (seis) parcelas iguais a cada 30 dia subsequentes e devidamente atualizados pela Taxa Referencial – TR.

### **Baixa de Elemento Combustível**

A Gerência de Combustível Nuclear GCN.T realiza, periodicamente, inventários dos Elementos de Combustível Nuclear estocados nas Usinas Angra 1 e 2.

Essa avaliação tem por finalidade cumprir procedimentos de auditoria independente para fins de aprovação das demonstrações financeiras, além de atender a demandas de controle interno e à legislação contábil vinculada a estoques.

Em 30 de setembro de 2016, a GCN.T emitiu o Relatório de número GCN.T 034.16 – Avaliação Técnico-econômica e Proposta de Baixa Contábil dos Elementos de Combustível Nuclear de Angra 1 e Angra 2 (data base 01/09/16) que concluiu pela identificação de 53 elementos nesta condição, sendo 30 elementos de Angra 1 com valor residual a amortizar de R\$ 21.641 e 23 elementos da Usina Angra 2, com valor residual a amortizar de R\$ 1.592 perfazendo o total de R\$ 23.233.

A Diretoria Executiva da Eletrobras Termonuclear S/A – ELETRONUCLEAR aprovou a baixa contábil dos 53 (cinquenta e três) Elementos Combustíveis em 25 de outubro de 2016.

## **Contas a receber**

A distribuidora Light Serviços de Eletricidade S.A liquidou o principal de sua dívida no dia 03/10/16 e os encargos por atraso, calculados pela CCEE, no dia 18/10/16, totalizando o montante de R\$ 15.090.

Em 28/10/2016, duas concessionárias permaneciam inadimplentes, com um saldo devedor de R\$ 7.269, conforme abaixo:

- Cia Eletricidade do Amapá CEA – R\$ 6.070
- Cia de Eletricidade do ACRE - R\$ 1.199

ROGÉRIO CESAR NEVES ARANHA  
Diretor de Administração e Finanças  
CPF: 808.945.187-04 – RG: 04.448.033-3 – DETRAN/RJ

RONALDO NETO ALCÂNTARA  
Superintendente Financeiro  
CPF: 085.658.417-74– CRC: RJ - 086615/O

BEATRIZ ALBINO DA SILVA  
Gerente de Contabilidade  
CPF: 090.436.427-54 – CRC: RJ – 098430/O-2